



# SEMANÁRIO OFICIAL DE CAMPINA GRANDE

ESTADO DA PARAÍBA

EDIÇÃO Nº 2.749

11 A 15 DE OUTUBRO DE 2021

## ATOS DO PREFEITO

PORTARIA Nº 1153/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE**

Exonerar, a pedido, **NAJILA MEDEIROS BEZERRA**, mat. 27103, do Cargo de Provedor em Comissão Assessor Técnico Jurídico, Símbolo ATJ, lotada na Secretaria de Administração, a partir da presente data.

Campina Grande, 15 de outubro de 2021.

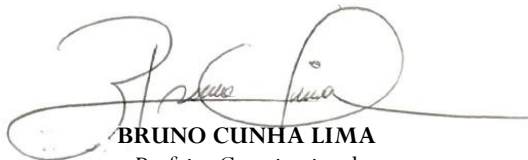
PORTARIA Nº 1154/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE**

Exonerar, a pedido, **TÚLIO ARNAUD TOMAZ**, mat. 27551, do Cargo de Provedor em Comissão Assessor Técnico Jurídico, Símbolo ATJ, lotado na Secretaria de Administração, a partir da presente data.

Campina Grande, 15 de outubro de 2021.



**BRUNO CUNHA LIMA**  
Prefeito Constitucional

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 468/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 97, da Lei Municipal nº 2.378/92 – Estatuto do Servidor e, mediante solicitação contida no Protocolo nº 53.176/2021;

**RESOLVE**

Conceder LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, pelo período de 02 (dois) anos, SEM REMUNERAÇÃO, a(o) servidor(a) **CECÍLIA CAVALCANTI BERNARDO**, mat. 5761, ocupante do cargo efetivo de Fonoaudiólogo, lotado(a) na Secretaria de Saúde, a partir do dia 21 de setembro do corrente ano.

Campina Grande, 27 de setembro de 2021.

PORTARIA Nº 470/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições legais; e conforme disposto no Ofício Interno/Memorando nº 43.212/2021;

**RESOLVE**

Remover o(a) servidor(a) **EMANOEL BRITO AMORIM**, mat. 25379, ocupante do cargo efetivo de Motorista, da Secretaria de Educação para a Secretaria de Administração, a partir do dia 14 de setembro.

Campina Grande, 28 de setembro de 2021.

PORTARIA Nº 473/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 94 e seguintes da Lei Municipal nº 2.378/92 – Estatuto do Servidor, e mediante solicitação contida no Protocolo nº 43.191/2021;

**RESOLVE**

Conceder a(o) servidor(a) **AGAMENON ALVES RODRIGUES**, mat. 3477, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria de Finanças, LICENÇA-PRÊMIO pelo prazo de 06 (seis) meses, relativa ao Segundo Decênio de efetivo exercício, com todos os direitos e vantagens do seu cargo, a contar do dia 01 de setembro de 2021 até 28 de fevereiro de 2022.

Campina Grande, 30 de setembro de 2021.

PORTARIA Nº 475/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 94 e seguintes da Lei Municipal nº 2.378/92 – Estatuto do Servidor, e mediante solicitação contida no Protocolo nº 53.341/2021;

**RESOLVE**

Conceder a(o) servidor(a) **LAMARQUE ARAÚJO**, mat. 10585, ocupante do cargo efetivo de Vigia, lotado(a) na Secretaria de Cultura, LICENÇA-PRÊMIO pelo prazo de 06 (seis) meses, relativa ao Segundo Decênio de efetivo exercício, com todos os direitos e vantagens do seu cargo, a contar do dia 01 de outubro de 2021 até 31 de março de 2022.

Campina Grande, 28 de setembro de 2021.

## PORTARIA Nº 477/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 94 e seguintes da Lei Municipal nº 2.378/92 – Estatuto do Servidor, e mediante solicitação contida no Protocolo nº 42.123/2021;

## RESOLVE

Conceder a(o) servidor(a) ANNUSKA PAULA BATISTA DE ALMEIDA, mat. 12116, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, lotado(a) na Secretaria de Saúde, LICENÇA-PRÊMIO pelo prazo de 06 (seis) meses, relativa ao Segundo Decênio de efetivo exercício, com todos os direitos e vantagens do seu cargo, a contar do dia 01 de outubro de 2021 até 31 de março de 2022.

Campina Grande, 30 de setembro de 2021.

## PORTARIA Nº 479/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 94 e seguintes da Lei Municipal nº 2.378/92 – Estatuto do Servidor, e mediante solicitação contida no Protocolo nº 47.667/2021;

## RESOLVE

Conceder a(o) servidor(a) RONALDO DE SOUSA CARVALHO, mat. 8436, ocupante do cargo efetivo de Assessor Administrativo III, lotado(a) na Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, LICENÇA-PRÊMIO pelo prazo de 06 (seis) meses, relativa ao Primeiro Decênio de efetivo exercício, com todos os direitos e vantagens do seu cargo, a contar do dia 01 de outubro de 2021 até 31 de março de 2022.

Campina Grande, 30 de setembro de 2021.

## PORTARIA Nº 480/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 97, da Lei Municipal nº 2.378/92 – Estatuto do Servidor e, mediante solicitação contida no Protocolo nº 55.066/2021;

## RESOLVE

Conceder LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, pelo período de 02 (dois) anos, SEM REMUNERAÇÃO, a(o) servidor(a) DANIELLI RAMOS DOS SANTOS, mat. 5888, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria de Saúde, a partir do dia 15 de outubro do corrente ano.

Campina Grande, 01 de outubro de 2021.

## PORTARIA Nº 481/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas

atribuições legais, de acordo com o Art. 94 e seguintes da Lei Municipal nº 2.378/92 – Estatuto do Servidor, e mediante solicitação contida no Protocolo nº 47.120/2021;

## RESOLVE

Conceder a(o) servidor(a) SEVERINO DO RAMO BARBOSA, mat. 1372, ocupante do cargo efetivo de Vigia, lotado(a) na Secretaria de Administração, LICENÇA-PRÊMIO pelo prazo de 06 (seis) meses, relativa ao Primeiro Decênio de efetivo exercício, com todos os direitos e vantagens do seu cargo, a contar do dia 01 de outubro de 2021 até 31 de março de 2022.

Campina Grande, 06 de outubro de 2021.



DIOGO FLÁVIO LYRA BATISTA  
Secretário de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 099/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2021  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos 14 dias do mês de outubro de 2021, A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com Sede à Av. Floriano Peixoto, 692 – Centro de Campina Grande, estado da Paraíba - CEP: 58.406-133, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.993.917/0001-46, neste ato denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o Sr. DIOGO FLÁVIO LYRA BATISTA, brasileiro, advogado, residente à Rua Antônio Bezerra Paes, Nº 118, Bairro Alto Branco, Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, inscrito no CPF sob o Nº 042.443.144-07, portador da Carteira de Identidade Nº 2.606.010 SSP/PB, institui a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 099/2021, cujo OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES, PARA ATENDER ÀS EQUIPES DE SAÚDE DOS HOSPITAIS DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA, processada nos termos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2021, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no Artigo 15 da LEI FEDERAL Nº 8.666/93, e suas alterações, regulamentada pela RESOLUÇÃO Nº 1.412/2009, segundo as CLÁUSULAS e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O OBJETO DO PRESENTE REGISTRO DE PREÇO É A AQUISIÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES, PARA ATENDER ÀS EQUIPES DE SAÚDE DOS

**HOSPITAIS DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA.****CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

2.1. Integra a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** sendo este o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, da **PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

2.2 Participa da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

2.3. Qualquer órgão ou entidade de qualquer esfera da Administração Pública poderá solicitar a adesão da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, independentemente da participação ou não da licitação em epígrafe, observadas as exigências contidas na legislação.

2.3.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

2.3.2 As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

2.3.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, obriga-se a:

a. Gerenciar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais/serviços registrados, observada a **ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO** indicada na Licitação;

b. Convocar os particulares através de fax, telefone ou e-mail, para assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, retirada da nota de empenho e assinatura do **CONTRATO**;

c. Observar para que, durante a vigência da presente **ATA**, sejam mantidas todas as condições de **“HABILITAÇÃO”** e qualificação exigidas na Licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com a solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e. Realizar, quando necessário, prévia reunião com os Licitantes objetivando a formalização das peculiaridades do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

f. Consultar os fornecedores registrados (observada à ordem de classificação) quanto ao interesse no fornecimento dos materiais/serviços a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

g. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes alterações ocorridas na presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

h. Coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no **EDITAL** de licitação na presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE PRÉVIO E DO PARTICIPANTE A POSTERIORI**

4.1. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE PRÉVIO** e o **ÓRGÃO PARTICIPANTE A POSTERIORI**, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a. Tomar conhecimento da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b. Consultar, previamente, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c. Verificar a conformidade das condições registrada na presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** junto ao mercado local, informado ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** eventuais desvantagens;

d. Encaminhar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a respectiva Nota Fiscal;

e. Enviar, no prazo máximo de 5 ( cinco ) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no **EDITAL** de Licitação e na presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, informado ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1. O **FORNECEDOR** obriga-se a:

a. Assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, retirar a respectiva Nota de Empenho e assinar o **CONTRATO** no prazo máximo de 2 ( dois ) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b. Informar, no prazo máximo de 5 ( cinco ) dias úteis,

quanto à aceitação ou não do fornecimento a outros órgãos da Administração Pública ( não participante ) que venham a manifestar o interesse de utilizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

c. Entregar os materiais/serviços solicitados nos prazos estabelecidos nesta **EDITAL**;

d. O **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS** conforme especificação da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

e. Entregar os **MATERIAIS/SERVIÇOS** solicitados no respectivo endereço do Órgão Participante Prévio ou Participante a Posteriori da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

f. Providenciar a imediata correção de deficiência, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referente às condições firmadas na presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

g. Fornecer, sempre que solicitado no prazo de 5 ( cinco ) dias úteis, documentos de **"HABILITAÇÃO"** e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

i. Ressarcir eventuais prejuízos causados ao **ÓRGÃO**

**GERENCIADOR** e ao(s) participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades na execução das obrigações assumidas na presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

j. Pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos à **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS** entregues, com base na presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k. Apresentar, quando da assinatura deste instrumento, planilha de formação de preços atualizada contendo a distribuição proporcional dos valores finais ofertados na sessão de Licitação, após os lances, se for o caso.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** terá vigência de 12 ( doze ) meses, a contar da data de sua publicação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS

7.1 **OS PREÇOS, AS QUANTIDADES, OS FORNECEDORES E AS ESPECIFICAÇÕES DO FORNECIMENTO DOS ITENS REGISTRADOS NESTA ATA** encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a **ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO** obtida no certame Licitatório

#### PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<b>RAZÃO SOCIAL</b>	<b>DETECH COMERCIO E MONTAGEM DE PRODUTOS E SISTEMAS ELETROELETRONICOS LTDA – EPP</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS – CNPJ</b>	<b>Nº 33.785.289/0001-50</b>	
<b>ENDEREÇO</b>	<b>RUA PINTOR EDUARDO DIAS, 706, BARREIROS – SÃO JOSÉ, ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CEP: 88.117-013</b>	
<b>TELEFONE/EMAIL</b>	<b>(47) 3032-1001 / (48) 3240-0162</b> <b><a href="mailto:contato@ledflex.com.br">contato@ledflex.com.br</a> /</b>	
<b>NOME DO SIGNATÁRIO</b>	<b>BRUNA DANIELA DA SILVA</b>	

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Rádio Comunicador Digital, Digital E Analógico Com Qualidade De Áudio Forte E Clara, Resistente A Quedas, Faixa De Frequência: Uhf [403-470 Mhz] E Vhf ( 136-174mhz), 4-5 W De Potência De Saída, Programação Via Software Capacidade De Canais: 16 Canais, Características De Desempenho Da Bateria De Lítio Ionizado 1600mah (Média): 18 Horas, Dimensões Médias: 127,7mm [Altura] X 61,5mm [Largura] X 42,0mm [Profundidade], Peso: 346,9g, Banda De Frequência: Uhf, Potência: 4 Watts, Espaçamento De Canais (Khz): 12,5, 25, Especificação Militar: 810 D, 810 E Padrões De Ip: Ip54. Carregador De Mesa Individual Bi Volt, Itens Inclusos: 1 Rádio, 1 Bateria, 1 Carregador, 1 Clip De Cinto. AMPLA CONCORRÊNCIA	UND	161	HYTERA BD506	R\$ 1.243,19	R\$ 200.153,59
2	Rádio Comunicador Digital, Digital E Analógico Com Qualidade De Áudio Forte E Clara, Resistente A Quedas, Faixa De Frequência: Uhf [403-470 Mhz] E Vhf (136-174mhz), 4-5 W De Potência De Saída, Programação Via Software Capacidade De Canais: 16 Canais, Características De Desempenho Da Bateria De Lítio Ionizado 1600mah (Média): 18 Horas, Dimensões Médias: 127,7mm [Altura] X 61,5mm [Largura] X 42,0mm [Profundidade], Peso: 346,9g, Banda De Frequência: Uhf, Potência: 4 Watts, Espaçamento De Canais (Khz): 12,5, 25, Especificação Militar: 810 D, 810 E Padrões De Ip: Ip54. Carregador De Mesa Individual Bi Volt, Itens Inclusos: 1 Rádio, 1 Bateria, 1 Carregador, 1 Clip De Cinto. COTA ME/EPP	UND	39	HYTERA BD506	R\$ 1.243,00	R\$ 48.477,00
<b>VALOR TOTAL R\$ 248.630,59 (duzentos e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta e nove centavos).</b>						

8.1. A execução do **CONTRATO** decorrente desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** será custeada com Recurso oriundo do Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será efetuado através de ordem bancária, em **30** ( trinta ) dias, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura com indicação da **CONTA CORRENTE E AGÊNCIA**, devidamente atestada pelo setor competente.

9.2. O pagamento será efetuado após a formalização e a apresentação da Nota Fiscal discriminativa do material/serviço (**EM DUAS VIAS**), onde conste número da nota fiscal, data de emissão, descrição básica do material e período da garantia, além do local de **“ATESTADO”** de recebimento do serviço ,por parte do servidor ou comissão designada, ficando este pagamento condicionado a comprovação das condições de **“HABILITAÇÃO”** e qualificação exigidas na licitação.

9.3.O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme disposto no **EDITAL de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 099/2021**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

10.1. A **existência** desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** não obriga **O ÓRGÃO GERENCIADOR**, nem o **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada à realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE**

11.1. **OS PREÇOS, OS QUANTITATIVOS, OS FORNECEDORES E AS ESPECIFICAÇÕES** resumidas do **OBJETO**, como também as possíveis alterações da presente **ATA** serão publicadas na forma de extrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS**

12.1. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Artigo 65 da **LEI FEDERAL Nº 8.666/93**, e suas alterações.

12.2. A qualquer tempo o **PREÇO REGISTRADO** poderá ser revisado em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as necessárias junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível no mercado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

13.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

**I.** Por iniciativa da Administração, quando:

**a.** Não cumprir as exigências do instrumento convocatório da Licitação supracitada e as condições da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

**b.** Recusar-se a retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o **CONTRATO** nos prazos estabelecidos, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

**c.** Der causa à recisão administrativa decorrente desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

**d.** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente **REGISTRO DE PREÇOS**;

**e.** Não manutenção das condições de **“HABILITAÇÃO”** e compatibilidade;

**f.** Não aceitar a redução dos **PREÇOS REGISTRADOS**, nas hipóteses previstas na legislação;

**g.** Em razão de interesse público, devidamente justificado.

**II.** Por iniciativa do próprio Fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências contidas neste **REGISTRO DE PREÇOS**, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O cancelamento de registro, assegurado o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente Processo Administrativo com despacho fundamentado do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

14.1 As sanções tratadas nesta **ATA**, são aquelas descritas nos artigos 86 a 88, da Lei nº. 8.666/1993, art. 7º da Lei nº. 10.520/2002 e art. 49, Decreto nº. 10.024/2019, bem como na forma prevista nos instrumentos convocatórios e nos contratos administrativos.

§ 1º As infrações contidas na Portaria Conjunta SAD/CGM Nº 02, De 18 De Junho De 2021 estão distribuídas em graus (de 1 a 5) conforme a gravidade do ato, e estão sujeitas a:

**I** – Advertência;

**II** – Multa:

**a)** de 3% (três por cento) sobre o valor adjudicado nos casos previstos como sendo de grau 1, conforme TABELA 1, acrescidos juros de 1% (um por cento) ao mês após o vencimento;

**b)** de 4% (quatro por cento) sobre o valor adjudicado nos casos previstos como sendo de grau 2, conforme TABELA 1, acrescidos juros de 1% (um por cento) ao mês após o vencimento;

**c)** de 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado nos casos previstos como sendo de grau 3, conforme TABELA 1, acrescidos juros de 1% (um por cento) ao mês após o vencimento.

d) de 7% (sete por cento) sobre o valor adjudicado nos casos previstos como sendo de grau 4, conforme TABELA 1, acrescidos juros de 1% (um por cento) ao mês após o vencimento.

e) de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado nos casos previstos como sendo de grau 5, conforme TABELA 1, acrescidos juros de 1% (um por cento) ao mês após o vencimento.

III – Aplica-se a suspensão de licitar, não superior a 2 (dois) anos, e impedimento de contratar, prazo de até 5 (cinco) anos, com a Administração Pública quando caracterizadas as situações de:

- a) inexecução total;
- b) inexecução parcial em maior grau de reprovabilidade;
- c) aquele que não celebrar o contrato, após convocado;
- d) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- e) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- f) não mantiver a proposta;
- g) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 2º A multa que trata o inciso II do § 1º terá o limite máximo de 30 dias para pagamento. No caso de inadimplemento, os autos serão remetidos para a Secretária de Finanças para inserção na Dívida Ativa do Município e o caso encaminhado à Procuradoria Geral do Município para que adote as medidas jurídicas cabíveis, conforme artigo 7º, §13 da Lei Complementar municipal 15/2002.

§ 3º Além das implicações contidas no inciso III do § 1º, aquele (a) que ensejar nos atos danos descritos nas alíneas será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei 10.520/2002.

§ 4º Na hipótese da alínea “a” do inciso I do § 1º, após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo de rescisão unilateral da avença;

§ 5º Na hipótese da alínea “e” do inciso I do § 1º, o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato.

§ 6º Na aplicação das sanções administrativas, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a culpabilidade do infrator, a intensidade do dano provocado e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

§ 7º As sanções de advertência, suspensão, impedimento e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

§ 8º A Unidade Contratante poderá aplicar a penalidade de advertência por escrito quando do descumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

§ 9º As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

§ 10 Nos casos de recusa à assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, a multa aplicada será calculada com base na UFR/CG, aplicando ao caso concreto de 10 a 100 unidades de referências.

§ 11 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2.

§ 12 Aplica-se o inciso IV do § 1º quando caracterizadas as situações de inexecução total ou parcial com elevado grau de lesividade e culpabilidade, em que tenha agido a contratada com dolo ou má-fé na execução contratual e intencionalmente tenha causado graves prejuízos à Administração ou aos administrados, sendo eles:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) Não manter a proposta;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**TABELA 1**

GRAU	PERCENTUAL CORRESPONDENTE
1	3% (três por cento) sobre o valor adjudicado, mais juros de 1% (um por cento) ao mês após o vencimento.
2	4% (quatro por cento) sobre o valor adjudicado, mais juros de 1% (um por cento) ao mês após o vencimento
3	5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, mais juros de 1% (um por cento) ao mês após o vencimento.
4	7% (sete por cento) sobre o valor adjudicado, mais juros de 1% (um por cento) ao mês após o vencimento.
5	10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, mais juros de 1% (um por cento) ao mês após o vencimento.

**TABELA 2**

CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA	LIMITE APLICÁVEL
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	2 meses
Não manter a proposta	12 meses
Falhar na execução do contrato	12 meses

Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	24 ,eses
Apresentar documentação falsa	24 meses
Comportar-se de modo inidôneo	24 meses
Fraudar na execução do contrato	40 meses
Cometer fraude fiscal	60 meses

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1. Para dirimir questões oriundas da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** fica eleito o **FORO** do Município de Campina Grande, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por nada mais havendo a tratar, eu, **LUCAS DE OLIVEIRA MEIRA**, Pregoeiro, lavrei a presente **ATA** que vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Campina Grande, 14 de outubro de 2021.

**DIOGO FLÁVIO LYRA BATISTA**  
Secretário Municipal de Administração

**BRUNA DANIELA DA SILVA**

Detech Comercio e Montagem de Produtos e Sistemas  
Eletroeletronicos LTDA – EPP

**EXTRATO DE CONTRATO**

**INSTRUMENTO:** CONTRATO Nº 2.03.062/2021.  
**PARTES:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA PABLO B DE SOUSA – ME. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. **VALOR:** R\$ 5.538,00 (CINCO MIL, QUINHENTOS E TRINTA E OITO REAIS). **VIGÊNCIA:** 31 DE DEZEMBRO DE 2021. **LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 019/2021. **FUNDAMENTAÇÃO:** LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES. **FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 04 122 2001 2018 | 4490.52 | 1001. **SIGNATÁRIOS:** DIOGO FLAVIO LYRA BATISTA E PABLO BERNADO DE SOUSA. **DATA DE ASSINATURA:** 14 DE OUTUBRO DE 2021.

**DIOGO FLÁVIO LYRA BATISTA**  
Secretário de Administração

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS – DRH****PROCESSOS DE 11 A 15 DE OUTUBRO DE 2021**

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	ASSUNTO	LOTAÇÃO	DECISÃO
53.176/2021	CECÍLIA CAVALCANTI BERNARDO	5761	LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR	SMS	DEFERIDO
41.089/2020	DEBORA MEDEIROS DANTAS DA SILVA	6351	REDUÇÃO DE CARGA HORARIA	SEDUC	DEFERIDO
43.191/2021	AGAMENON ALVES RODRIGUES	3477	LICENÇA PRÊMIO	SEFIN	DEFERIDO
51.054/2021	LAMARQUE ARAÚJO	10585	LICENÇA PRÊMIO	SECULT	DEFERIDO
47.667/2021	RONALDO DE SOUSA CARVALHO	8436	LICENÇA PRÊMIO	SESUMA	DEFERIDO
42.123/2021	ANNUSKA PAULA BATISTA DE ALMEIDA	12116	LICENÇA PRÊMIO	SMS	DEFERIDO
55.066/2021	DANIELLI RAMOS DOS SANTOS	5.888	LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR	SMS	DEFERIDO
43.212/2021	EMANOEL BRITO AMORIM	25379	REMOÇÃO	SEDUC	DEFERIDO
57.475/2021	MARYGLEYDE GOMES DA NOBREGA NASCIMENTO	24774	LICENÇA MATERNIDADE	SEDUC	DEFERIDO
50.787/2021	JOSÉ EDSON GOMES DA SILVA	259241	CONVERSÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS EM PECÚNIA	SMS	DEFERIDO
57.477/2021	MARYGLEYDE GOMES DA NOBREGA NASCIMENTO	24774	AUXILIO NATALIDADE	SEDUC	DEFERIDO



57.475/2021	MARYGLEYDE GOMES DA NOBREGA NASCIMENTO	24774	LICENÇA MATERNIDADE	SEDUC	DEFERIDO
15.320/2021	EDGLEY MARQUES GUIMARÃES	5928	ABONO PERMANÊNCIA	PGM	INDEFERIDO
47.120/2021	SEVERINO DO RAMO BARBOSA	1372	LICENÇA-PRÊMIO	SAD	DEFERIDO

## PROCURADORIA GERAL

PORTARIA Nº 051 DE 13 DE OUTUBRO DE 2021.

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Lei nº. 2.139, de 20 de setembro de 1990, observando o disposto nos arts. 146 e 147 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campina Grande,

### RESOLVE:

01 – Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, no sentido de apurar denúncia de acúmulo indevido de cargos públicos conforme informa Ofício nº 354/16º PJ/2021, de que trata IC nº 002.2020.026933, subscritos eletronicamente pelo Dr. Antônio Barroso Pontes Neto, Promotor de Justiça, em desfavor do PAULO ALVES DA SILVA, Mat. 25.978, lotado na SEJEL.

02 – Compor a referida Comissão os seguintes: Dr. PAULO PORTO DE CARVALHO JÚNIOR, Mat. 19.70, para atuar como Presidente, SANDY DE OLIVEIRA FURTUNATO, matrícula nº 9674, para atuar como Membro e CARLA VALDÍVIA VIDAL DE OLIVEIRA, matrícula nº 7048, para atuar como Secretária.

CUMpra-SE.

AÉCIO DE SOUZA MELO FILHO

Procurador-Geral do Município

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 015/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 259/2021  
AVISO DE RATIFICAÇÃO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em observância aos requisitos previstos na legislação pertinente, RATIFICO A INEXIGIBILIDADE Nº 015/2021, cujo OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE REVISÃO VEICULAR dos veículos RENAULT KWID PLACA RLZ-3140 e RENAULT KWID PLACA RLZ-3H70, QUE COMPÕEM A FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA, em favor da JPN CAMPINA GRANDE COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 33.765.326/0001-69, no valor de R\$ 1.038,48 (um mil, trinta e oito reais, quarenta e oito centavos), com fundamento no Artigo 25, Inciso II, da LEI FEDERAL Nº 8.666/93 e alterações, conforme Análise da Comissão Permanente de Licitação e Parecer da Assessoria Jurídica.

Campina Grande, 14 de outubro de 2021.

RAYMUNDO ASFORA NETO

Secretário de Educação

INEXIGIBILIDADE Nº 016/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 265/2021  
AVISO DE RATIFICAÇÃO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em observância aos requisitos previstos na legislação pertinente, RATIFICO A INEXIGIBILIDADE Nº 016/2021, cujo OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ASSINATURA DE FERRAMENTA DE PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINA GRANDE – PB, em favor de NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 07.797.967/0001-95, no valor de R\$ 29.625,00 (vinte e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais), com fundamento no Artigo 25, Inciso I, da LEI FEDERAL Nº 8.666/93 e alterações, conforme Análise da Comissão Permanente de Licitação e Parecer da Assessoria Jurídica.

Campina Grande, 14 de outubro de 2021.

RAYMUNDO ASFORA NETO

Secretário de Educação

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº01 AO CONTRATO  
Nº 2.06.044/2021

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 2.06.044/2021 que tem como objeto o COMPLEMENTO DA REFORMA DA CRECHE FÉLIX ARAÚJO, UNIDADE EDUCACIONAL QUE COMPÕE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE ESTADO DA PARAÍBA. PARTES: Secretaria Municipal de Educação e GUSTAVO ULISSES DA LUZ BARROS-EPP, OBJETO: O PRESENTE ADITIVO tem por objeto a ADIÇÃO dos itens 1.4; 2.1.2; 2.2.5; 3.3; 4.4; 5.1; 5.5; 6.2.4; 6.3.3; 6.3.8; 6.3.12; 6.3.18; 7.7; 7.8. E a SUPRESSÃO dos itens 2.2.1; 2.2.4; 3.4;3.5; 3.6; 3.7; 3.8; 3.11; 5.2; 5.3; 5.4; 6.1.1; 6.2.3; 6.3.1; 6.3.2; 6.3.4; 6.3.5; 6.3.6; 6.3.9; 6.3.11; 6.3.13; 6.4.1; 6.4.2; 6.4.3; 6.4.4; 6.5.1; 6.5.2. O contrato será acrescido em R\$ 33.056,86 (trinta e três mil e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos), e suprimido em R\$ 24.807,93 (vinte e quatro mil oitocentos e sete reais e noventa e três centavos), passando o valor do contrato a ser R\$ 107.702,66 (cento e sete mil e setecentos e dois reais e sessenta e seis centavos). LICITAÇÃO: Contrato nº 2.06.044/2021 oriundo da TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2020, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 245/2020. FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 8.666/93, SIGNATÁRIOS: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e GUSTAVO ULISSESDA LUZ BARROS – EPP. DATA DE ASSINATURA: 15 de outubro de 2021.

RAYMUNDO ASFORA NETO

Secretário de Educação

**EXTRATO DE CONTRATO**

**INSTRUMENTO:** CONTRATO Nº 2.06.105/2021.  
**PARTES:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA CENTERDATA ANALISES DE SISTEMAS E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI – EPP. **OBJETO:** A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, DE ACORDO COM AS DEMANDAS, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. **VALOR:** R\$ 288.905,00 (DUZENTOS E OITENTA E OITO MIL, NOVECENTOS E CINCO REAIS). **VIGÊNCIA:** 31 DE DEZEMBRO DE 2021. **LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021. **FUNDAMENTAÇÃO:** LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES. **FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12 361 1015 2030 | 3390.30 | 4490.52 | 1120 | 1113. **SIGNATÁRIOS:** RAYMUNDO ASFORA NETO E JOSÉ ADAILTON PEREIRA PINTO. **DATA DE ASSINATURA:** 14 DE OUTUBRO DE 2021.

**RAYMUNDO ASFORA NETO**

Secretário de Educação

**EXTRATO DE CONTRATO**

**INSTRUMENTO:** CONTRATO Nº 2.06.110/2021.  
**PARTES:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI – EPP. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, DE ACORDO COM AS DEMANDAS, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. **VALOR:** R\$ 63.298,00 (SESSENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS). **VIGÊNCIA:** 31 DE DEZEMBRO DE 2021. **LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021. **FUNDAMENTAÇÃO:** LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES. **FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12 361 1015 2030 | 3390.30 | 4490.52 | 1120 | 1113. **SIGNATÁRIOS:** RAYMUNDO ASFORA NETO E CARLA CARDOSO DA SILVA. **DATA DE ASSINATURA:** 14 DE OUTUBRO DE 2021.

**RAYMUNDO ASFORA NETO**

Secretário de Educação

**EXTRATO DE CONTRATO**

**INSTRUMENTO:** CONTRATO Nº 2.06.113/2021.  
**PARTES:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA RAPHAEL SILVA ARAUJO – ME. **OBJETO:** A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, DE ACORDO COM AS DEMANDAS, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. **VALOR:** R\$ 6.420,00 (SEIS MIL, QUATROCENTOS E VINTE REAIS). **VIGÊNCIA:** 31 DE DEZEMBRO DE 2021. **LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021. **FUNDAMENTAÇÃO:** LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES. **FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12 361 1015 2030 | 3390.30 | 4490.52 | 1120 | 1113. **SIGNATÁRIOS:** RAYMUNDO ASFORA NETO E RAPHAEL SILVA ARAUJO. **DATA DE ASSINATURA:** 14 DE OUTUBRO DE 2021.

**RAYMUNDO ASFORA NETO**

Secretário de Educação

**EXTRATO DE CONTRATO**

**INSTRUMENTO:** CONTRATO Nº 2.06.115/2021.  
**PARTES:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA – ME. **OBJETO:** A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, DE ACORDO COM AS DEMANDAS, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. **VALOR:** R\$ 420,00 (QUATROCENTOS E VINTE REAIS). **VIGÊNCIA:** 31 DE DEZEMBRO DE 2021. **LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021. **FUNDAMENTAÇÃO:** LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES. **FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12 361 1015 2030 | 3390.30 | 4490.52 | 1120 | 1113. **SIGNATÁRIOS:** RAYMUNDO ASFORA NETO E LIGIANE PAULA GIACOMEL IZYCKI HAIDUKI. **DATA DE ASSINATURA:** 14 DE OUTUBRO DE 2021.

**RAYMUNDO ASFORA NETO**

Secretário De Educação

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº01 AO CONTRATO Nº 2.06.044/2021**

**INSTRUMENTO:** Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 2.06.044/2021 que tem como objeto o **COMPLEMENTO DA REFORMA DA CRECHE FÉLIX ARAÚJO, UNIDADE EDUCACIONAL QUE COMPÕE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE ESTADO DA PARAÍBA. PARTES:** Secretaria Municipal de Educação e **GUSTAVO ULISSES DA LUZ BARROS-EPP, OBJETO:** O PRESENTE ADITIVO tem por objeto a **ADIÇÃO** dos itens 1.4; 2.1.2; 2.2.5; 3.3; 4.4; 5.1; 5.5; 6.2.4; 6.3.3; 6.3.8; 6.3.12; 6.3.18; 7.7; 7.8. E a **SUPRESSÃO** dos itens 2.2.1; 2.2.4; 3.4;3.5; 3.6; 3.7; 3.8; 3.11; 5.2; 5.3; 5.4; 6.1.1; 6.2.3; 6.3.1; 6.3.2; 6.3.4; 6.3.5; 6.3.6; 6.3.9; 6,3.11; 6.3.13; 6.4.1; 6.4.2; 6.4.3; 6.4.4; 6.5.1; 6.5.2. O contrato será acrescido em R\$ 33.056,86 (trinta e três mil e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos), e suprimido em R\$ 24.807,93 (vinte e quatro mil oitocentos e sete reais e noventa e três centavos), passando o valor do contrato a ser R\$ 107.702,66 (cento e sete mil e setecentos e dois reais e sessenta e seis centavos). **LICITAÇÃO:** Contrato nº 2.06.044/2021 oriundo da TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2020, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 245/2020. FUNDAMENTAÇÃO:** Lei Federal nº 8.666/93, **SIGNATÁRIOS:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e GUSTAVO ULISSESDA LUZ BARROS – EPP. **DATA DE ASSINATURA:** 15 de outubro de 2021.

**RAYMUNDO ASFORA NETO**

Secretário de Educação

**SECRETARIA DE SAÚDE**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16.656/2021  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº  
 16.656/2021/SMS/FMS/PMCG  
 AVISO DE RATIFICAÇÃO**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE no uso das atribuições que lhe são conferidas e, considerando as disposições contidas na letra do art. 26, “caput” da Lei regente;

considerando, ainda, o estrito cumprimento à supremacia do incomensurável interesse público para atendimento às diversas atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, **RATIFICA** a **PROCEDIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE ARTROPLASTIA TOTAL DE QUADRIL DIREITO, COM VISTAS A CUMPRIR ORDEM JUDICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0822438-58.2021.8.15.0001 QUE TRAMITA NA 1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DE CAMPINA GRANDE. AUTOR (A): JOSE ALVES DE SOUSA**, em favor de **CLINICA MÉDICA DO ATLETA LTDA**, inscrita no CNPJ sob Nº 34.936.375/0001-80, no valor de **R\$ 22.900,00** (vinte e dois mil e novecentos reais), com fundamento no **Artigo 24, Inciso IV da LEI FEDERAL Nº 8.666/93** e suas alterações, conforme Análise da Comissão Permanente de Licitação e Parecer da Assessoria Jurídica.

Campina Grande, 15 de outubro de 2021.

**GILNEY SILVA PORTO**  
Secretário de Saúde

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16.659/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº  
16.659/2021/SMS/FMS/PMCG  
AVISO DE RATIFICAÇÃO**

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE** no uso das atribuições que lhe são conferidas e, considerando as disposições contidas na letra do art. 26, “caput” da Lei regente; considerando, ainda, o estrito cumprimento à supremacia do incomensurável interesse público para atendimento às diversas atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação Nº **16.659.2021**, cujo Objeto é a **AQUISIÇÃO DE VENCLEXTA 100MG PARA ATENDER A DEMANDA JUDICIAL DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA NO PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS. DEMANDA JUDICIAL DE: FERNANDO NAZARENO DO NASCIMENTO PROCESSO Nº 0822232-44.2021.8.15.0001**, em favor da empresa **FARMACLASS DELIVERY MEDICAMENTOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob Nº 11.725.429/0001-62, no valor de **R\$ 50.850,00** (Cinquenta mil e oitocentos e cinquenta reais), com fundamento no **Artigo 24, Inciso IV da LEI FEDERAL Nº 8.666/1993** e alterações, conforme Análise da Comissão Permanente de Licitação e Parecer da Assessoria Jurídica.

Campina Grande, 15 de outubro de 2021.

**GILNEY SILVA PORTO**  
Secretário de Saúde

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16.661/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº  
16.661/2021/SMS/FMS/PMCG  
AVISO DE RATIFICAÇÃO**

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE** no uso das atribuições que lhe são conferidas e, considerando as disposições contidas na letra do art. 26, “caput” da Lei regente; considerando, ainda, o estrito cumprimento à supremacia do incomensurável interesse público para atendimento às diversas atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de

Saúde, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação Nº **16.661/2021**, cujo Objeto é a **AQUISIÇÃO DE APARELHO CELULAR SMARTPHONE A FIM DE ATENDER A NECESSIDADE DA GERENCIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA.**, em favor de **CARAJAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA**, inscrita no CNPJ Nº **03.656.804/0010-22**, no valor de **R\$ 1.298,00** (Um mil duzentos e noventa e oito reais), com fundamento no **Artigo 24, Inciso II da LEI FEDERAL Nº 8.666/1993** e alterações, conforme Análise da Comissão Permanente de Licitação e Parecer da Assessoria Jurídica.

Campina Grande, 15 de outubro de 2021.

**GILNEY SILVA PORTO**  
Secretário de Saúde

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16.662/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº  
16.662/2021/SMS/FMS/PMCG  
AVISO DE RATIFICAÇÃO**

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE** no uso das atribuições que lhe são conferidas e, considerando as disposições contidas na letra do art. 26, “caput” da Lei regente; considerando, ainda, o estrito cumprimento à supremacia do incomensurável interesse público para atendimento às diversas atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação Nº **16.662/2021**, cujo Objeto é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRUTI) PARA ATENDER AOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE INTEGRANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA**, em favor de **MARIA DE FATIMA SILVA SOUSA HORTIFRUTIGRANJEIRO**, inscrita no CNPJ sob Nº **00.301.402/0001-26**, no valor de **R\$ 57.114,50** (cinquenta e sete mil, cento e quatorze reais e cinquenta centavos), com fundamento no **Artigo 24, Inciso IV da LEI FEDERAL Nº 8.666/1993** e alterações, conforme Análise da Comissão Permanente de Licitação e Parecer da Assessoria Jurídica.

Campina Grande, 15 de outubro de 2021.

**GILNEY SILVA PORTO**  
Secretário de Saúde

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Instrumento:** Termo Aditivo Nº 001 Ao Contrato Nº 16803/2021/Sms/Pmcg Oriundo Da Dispensa De Licitação Nº 16566/2021/Sms/Fms/Pmcg. **Partes:** Sms/Pmcg E Allfamed Comércio Atacadista De Medicamentos Ltda. **Objeto Contratual:** Aquisição De Fios Cirúrgicos Para Atender As Demandas Dos Hospitais Da Secretaria Municipal De Saúde De Campina Grande – Pb. **Objeto Do Aditivo:** Prorrogação Do Prazo Contratual Por Mais 60 (Sessenta) Dias. **Fundamentação:** Art. 57, Ii, Da Lei Nº. 8.666/93. **Signatários:** Gilney Silva Porto E Cristina Maria Dias Barbosa Dos Santos.

**GILNEY SILVA PORTO**  
Secretário de Saúde

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Instrumento:** Termo Aditivo Nº 001 Ao Contrato Nº 16797/2020/Sms/Pmcg Oriundo Da Inexigibilidade Nº. 16755/2020/Sms/Pmcg. **Partes:** Sms/Pmcg E Instituto Social De Assistência A Saúde - Isas. **Objeto Contratual:** Contratação De Serviços Hospitalares (Média E Alta Complexidade) Para Atendimento Na Rede Complementar De Assistência Em Saúde A Fim De Atender A Área De Abrangência Da Gestão Municipal Do Sus - Conforme Edital De Chamamento Público Nº 16.005/2015 Com O "Instituto Social De Assistência A Saúde – Isas". **Objeto Do Aditivo:** Prorrogação Contratual Por Igual Período E Igual Valor - Até 15/10/2022. **Fundamentação:** Artigo 57, II, Da Lei Nº. 8.666/93. **Signatários:** Gilney Silva Porto E Walenska Agra Carity Targino De Holanda.

**GILNEY SILVA PORTO**  
Secretário de Saúde

**COMISSÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO****PORTARIA Nº 30 /2021/PMCG/SMS**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE** – no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 37, inciso II da Constituição da República Federativa do Brasil, e, ainda, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado relativo ao Edital nº 001/2021/PMCG/SMS - contratação de pessoal por tempo determinado para a prestação de serviços técnico-especializados, tanto ambulatorial como hospitalar, no âmbito das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, publicado na Separata do Semanário Oficial de 07 de outubro de 2021, pág.14.

**RESOLVE**

Homologar o Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal por tempo determinado para a prestação de serviços técnico-especializados, tanto ambulatorial como hospitalar, no âmbito das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, no qual foram habilitados os candidatos infra relacionados, e para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, publique-se no Semanário Oficial do Município.

Campina Grande, 13 de outubro de 2021.

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 2021  
LISTA GERAL – RESULTADO FINAL****Função: Médico Anestesiologista**

Ordem	Nome	Pontuação	Situação
01	Hélio Pinheiro Mota Filho	35	Habilitado
02	Adolfo Igor Rodrigues	5	Habilitado

**Função: Médico Psiquiatra**

Ordem	Nome	Pontuação	Situação
01	Gabriela Nóbrega Diniz	35	Habilitado

02	Luan de Melo Brito	5	Habilitado
03	Raysa de Medeiros Lopes Ramos	5	Habilitado
04	Ana Virginia Araújo Batista	5	Habilitado

Campina Grande, 13 de outubro de 2021.


**BRUNO CUNHA LIMA BRANCO**

Prefeito Constitucional

**GILNEY SILVA PORTO**  
Secretário Municipal de Saúde

**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS  
E MEIO AMBIENTE****ADESÃO DE ATA Nº 009/2021**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 261/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2021**

**AVISO DE RATIFICAÇÃO**

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**, em observância aos requisitos previstos na legislação pertinente, **RATIFICA A ADESÃO DE ATA Nº 009/2021**, cujo OBJETO É A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE: COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL (INCINERAÇÃO), AMBIENTALMENTE ADEQUADA, DOS RESÍDUOS DE EXUMAÇÃO (GRUPO A- RDC 222/18) DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS EM CAMPINA GRANDE-PB, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**, conforme as especificações, quantidades estimadas e condições constantes no TERMO DE REFERÊNCIA do PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 060/2021 em favor da Empresa SIM GESTÃO AMBIENTAL SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 07.575.881/0001-18, no valor de R\$ 30.960,00 (trinta mil, novecentos e sessenta reais), com fundamento no Art. 15, §3º da LEI FEDERAL 8.666/93, Artigo 22, caput, do DECRETO Nº 7.892/2013, DECRETO Nº 8.250/2014 e no DECRETO Nº 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018 e alterações, conforme Análise da Comissão Permanente de Licitação e Parecer da Assessoria Jurídica.

Campina Grande, 15 de outubro de 2021.

**GERALDO NOBRE CAVALCANTI**  
Secretário de Serviços Urbanos e Meio Ambiente

**TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO Nº  
2.14.056/2018**

**TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO Nº 2.14.056/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE E A EMPRESA COPY LINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.**

Pelo presente instrumento, de um lado a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**, órgão integrante da Administração Direta da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede à Rua Dr. Severino Cruz, Nº 695, Centro, no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, inscrita no **CNPJ Nº 08.993.917/0001-46**, neste ato representado pelo Secretário, **Sr. GERALDO NOBRE CAVALCANTE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG Nº 237.766 SSP/PB e inscrito no **CPF Nº 162.177.484-87**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA COPY LINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita no **CNPJ Nº 02.914.690/0001-10**, estabelecida na Rua Lauro Torres, Nº 50, Tambauzinho, João Pessoa, Paraíba, representada neste ato, pelo seu Sócio **Sr. KELNNER MAUX DIAS**, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no **CPF Nº 517.809.764-53**, portador do RG Nº 1.148.326 SSP/PB, residente na Avenida Bahia, Nº 871, Bairro dos Estados, João Pessoa - PB, doravante denominado **CONTRATADO**, em vista o constante e decidido no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 2.09.010/2018**, decidiram as partes contratantes firmar o presente **TERMO ADITIVO**, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações, demais legislações pertinentes em vigor e pelas seguintes **CLÁUSULAS CONTRATUAIS** a que mutuamente se obrigam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a ratificação da cláusula sexta e ratificação das demais cláusulas do contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. A vigência do Contrato Nº 2.14.056/2018 fica prorrogada por 12 (doze) meses a contar da data de encerramento do último termo aditivo, qual seja 15 de outubro de 2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas todas as demais cláusulas do Contrato Nº 2.14.056/2018, não alteradas pelo presente termo aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em **03** (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Campina Grande, 15 de outubro de 2021.

**GERALDO NOBRE CAVALCANTI**

Secretário de Serviços Urbanos e Meio Ambiente

**KELNNER MAUX DIAS**

Representante Legal

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 AO  
CONTRATO Nº 2.14.056/2018**

**INSTRUMENTO:** TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO Nº 2.14.056/2018. **PARTES:** SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE E EMPRESA COPY LINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

NA PRESTAÇÃO EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE COPIADORAS MULTIFUNCIONAIS PARA A SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. **VIGÊNCIA:** A VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 2.14.056/2018 FICA PRORROGADA POR 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO TERMO ADITIVO, QUAL SEJA 15 DE OUTUBRO DE 2021. **LICITAÇÃO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 2.09.010/2018. **FUNDAMENTAÇÃO:** LEI FEDERAL Nº 8.666/93, E SUAS ALTERAÇÕES. **SIGNATÁRIOS:** GERALDO NOBRE CAVALCANTI E KELNNER MAUX DIAS. **DATA DE ASSINATURA:** 15 DE OUTUBRO DE 2021.

**GERALDO NOBRE CAVALCANTI**

Secretário de Serviços Urbanos e Meio Ambiente

### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE – IPSEM

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE – IPSEM RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2021, CUJO OBJETO É **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE CONTROLE DE ESTOQUE, PATRIMÔNIO E CONTABILIDADE PÚBLICA EM CARÁTER EMERGENCIAL PELO PERÍODO DE 04 (QUATRO) MESES, VISLUMBRANDO MAIOR VANTAJOSIDADE DE UMA POSSÍVEL ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO AO PREGÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DESTA MUNICÍPIO, CONFORME O AVISO DE LICITAÇÃO – UASG 981981 DO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 118/2021 NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 232/2021, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO SOB O Nº 046/2021, COM A EMPRESA PUBLIC SOFTWARE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ Nº 07.553.129/0001-76, NO VALOR TOTAL DE R\$ 7.920,00 (SETE MIL E NOVECENTOS E VINTE REAIS), COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, CONFORME ANÁLISE E PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 09.122.2001.2081 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS. ELEMENTO DA DESPESA: 3390.40. FONTE DE RECURSOS: 003 (RPPS).**

CAMPINA GRANDE - PB, 15 DE OUTUBRO DE 2021.

**ANTÔNIO HERMANO DE OLIVEIRA**

Presidente do IPSEM

### AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO – AMDE

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021 AVISO DE RATIFICAÇÃO

A AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, em observância aos requisitos previstos na legislação pertinente,

RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE COPO DESCARTÁVEL, CAPACIDADE DE 50 E 180 ML, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA**, em favor da **EMPRESA: REPLASTIL COMERCIO ATACADISTA DE PLASTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob Nº : **03.161.004/0001-40**, no valor de **R\$ 4.530,00 (quatro mil, quinhentos e trinta reais)**, com fundamento no **Artigo 24, Inciso II, da LEI FEDERAL Nº 8.666/93** e alterações, conforme Análise da Comissão Permanente de Licitação e Parecer da Assessoria Jurídica.

Campina Grande, 29 de setembro de 2021.

**ALANA FERNANDA DIAS CARVALHO**

Diretora Presidente – AMDE

#### EXTRATO DE CONTRATO

**INSTRUMENTO:** CONTRATO Nº 0016/2021. **PARTES:** AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E REPLASTIL COMERCIO ATACADISTA DE PLASTICOS LTDA- EPP. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEL, CAPACIDADE DE 50 E 180 ML, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. **VALOR:** R\$ 4.530,00 (QUATRO MIL, QUINHENTOS E TRINTA REAIS). **VIGÊNCIA:** 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO. **LICITAÇÃO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021. **FUNDAMENTAÇÃO:** ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES. **FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 04.122.2001.2088 / 3390.30 / 1001. **SIGNATÁRIOS:** ALANA CARVALHO DIAS FERNANDES E LAMARCK SILVEIRA FERNANDES. **DATA DE ASSINATURA:** 29 DE SETEMBRO DE 2021.

**ALANA FERNANDA DIAS CARVALHO**

Diretora Presidente – AMDE

## LICITAÇÕES

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 002/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 263/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DA PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE-PB, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, torna público que realizará às **14:30 horas** do dia **18 de novembro de 2021**, **CONCORRÊNCIA**, do Tipo **MENOR PREÇO**, Regime de Empreitada por Preço Unitário, cujo **OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DA REGIÃO DE BODOCONGÓ E CANAL DA RAMADINHA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB, ESTADO DA PARAÍBA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº: 222.916-56/2007 CEF/MINISTÉRIO DAS CIDADES**. O Edital está à disposição na Rua Dr. João Moura, Nº 528, Bairro São José, Campina Grande – PB e através dos portais:

(<https://campinagrande.pb.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratos>) e (<https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf>), ou por solicitação nos e-mails: [cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br](mailto:cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br) e [pmcglicitacao@gmail.com](mailto:pmcglicitacao@gmail.com).

Campina Grande, 15 de outubro de 2021.

**FELIPE SILVA DINIZ JÚNIOR**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

### COMISSÃO DE LICITAÇÃO SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25013/2021

#### RESTRITA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua vereador Benedito mota nº 69 Alto branco, Campina Grande - PB, por meio do site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/), licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES, FRANGO, PEIXES, FRIOS E DERIVADOS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. Abertura da sessão pública: **08:30 horas do dia 28 de outubro de 2021**. Início da fase de lances: 08:40 horas do dia 28 de outubro de 2021. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 11:00 horas – 14:00 as 17:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33106652. E-mail: [LICITACAO.SEMASCG@GMAIL.COM](mailto:LICITACAO.SEMASCG@GMAIL.COM). Edital:[www.tce.pb.gov.br/ov.br/www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.tce.pb.gov.br/ov.br/www.gov.br/compras/pt-br/).

Campina Grande - PB, 14 de outubro de 2021

**JOÃO ALFREDO AGRA DE MEDEIROS NAPOLES**

Pregoeiro Oficial

### COMISSÃO DE LICITAÇÃO SECRETARIA DE SAÚDE

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.654/2021 AVISO DE LICITAÇÃO – UASG 927671

A Secretaria Municipal de Saúde do município de Campina Grande, através do **PREGOEIRO OFICIAL**, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h30 min do dia 03 de novembro de 2021 a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.654/2021**, cujo objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PINTURA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS IMÓVEIS**

**LOCADOS E PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE.** O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para retirada gratuita no endereço eletrônico [www.comprasgovenamentais.gov.br](http://www.comprasgovenamentais.gov.br) ou por solicitação através do e-mail: [pregaoeletronicosaudecg@gmail.com](mailto:pregaoeletronicosaudecg@gmail.com). Outras informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitações, pelo telefone (83) 3331-1060

Campina Grande, 15 outubro de 2021.

**PEDRO JORGE DE MEDEIROS FIRMINO**  
Pregoeiro Oficial

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.626/2021**  
**AVISO ADIAMENTO**

A Secretaria Municipal de Saúde do município de Campina Grande, através da **PREGOEIRO OFICIAL**, torna público para conhecimento dos interessados, o adiamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.626/2021**, cujo objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA MÓVEL E CABEAMENTO PARA FORNECER ENERGIA AOS ESTABELECIMENTOS PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA, POR 12 MESES**, que será realizado às 08h30 min no dia 29 de outubro de 2021. O Edital e seus anexos se encontram disponíveis para retirada gratuita no endereço eletrônico [www.comprasgovenamentais.gov.br](http://www.comprasgovenamentais.gov.br) ou por solicitação através do e-mail: [pregaoeletronicosaudecg@gmail.com](mailto:pregaoeletronicosaudecg@gmail.com). Outras

informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitações, pelo telefone (83) 3331-1060.

Campina Grande, 15 outubro de 2021.

**MARISETE FERREIRA TAVARES**  
Pregoeira Oficial

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.654/2021**  
**AVISO DE LICITAÇÃO – UASG 927671**

A Secretaria Municipal de Saúde do município de Campina Grande, através do **PREGOEIRO OFICIAL**, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h30 min do dia 03 de novembro de 2021 a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.654/2021**, cujo objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PINTURA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS IMÓVEIS LOCADOS E PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE.** O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para retirada gratuita no endereço eletrônico [www.comprasgovenamentais.gov.br](http://www.comprasgovenamentais.gov.br) ou por solicitação através do e-mail: [pregaoeletronicosaudecg@gmail.com](mailto:pregaoeletronicosaudecg@gmail.com). Outras informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitações, pelo telefone (83) 3331-1060

Campina Grande, 15 Outubro de 2021.

**PEDRO JORGE DE MEDEIROS FIRMINO**  
Pregoeiro Oficial

## DEMAIS PUBLICAÇÕES

### PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE

#### RETIFICAÇÃO/ADITIVO (EDITAL 001/2021)

- 1) Item 2.1.2.:  
a) Onde se lê:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 2 ZONA URBANA	Licenciado em Pedagogia com habilitação em Magistério das séries iniciais
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 2 ZONA RURAL	Licenciado em Pedagogia com habilitação em Magistério das séries iniciais

Lê-se:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 2 ZONA URBANA	Nível Superior em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 2 ZONA RURAL	Nível Superior em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil

- b) Onde se lê:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS	VALOR DO VENCIMENTO BASE (R\$)
INTÉRPRETE DE LIBRAS 2 ZONA URBANA	Formação em Nível Superior de Tradução e Interpretação com habilitação em LIBRAS/Língua Portuguesa	2.489,38
INTÉRPRETE DE LIBRAS 2	Formação em Nível Superior de Tradução e	2.489,38

ZONA RURAL	Interpretação com habilitação em LIBRAS/Língua Portuguesa	
------------	---	--

Lê-se:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS	VALOR DO VENCIMENTO BASE (R\$)
INTÉRPRETE DE LIBRAS 2 ZONA URBANA	Nível Médio com cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; cursos de extensão universitária; e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação (na forma da Lei Federal <u>Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010</u> ).	2.164,68
INTÉRPRETE DE LIBRAS 2 ZONA RURAL	Nível Médio com cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; cursos de extensão universitária; e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação (na forma da Lei Federal <u>Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010</u> ).	2.164,68

c) Onde se lê:

ENFERMEIRO II SAÚDE DO TRABALHADOR	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação à nível de Bacharelado em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Classe respectivo; e curso de pós-graduação, em nível de lato sensu nas áreas consignadas.
ENFERMEIRO II OBSTETRÍCIA	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação à nível de Bacharelado em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Classe respectivo; e curso de pós-graduação, em nível de lato sensu nas áreas consignadas.
ENFERMEIRO II INTENSIVISTA	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação à nível de Bacharelado em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Classe respectivo; e curso de pós-graduação, em nível de lato sensu nas áreas consignadas.
ENFERMEIRO II NEONATOLOGISTA	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação à nível de Bacharelado em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Classe respectivo; e curso de pós-graduação, em nível de lato sensu nas áreas consignadas.
ENFERMEIRO II SAÚDE MENTAL	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação à nível de Bacharelado em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Classe respectivo; e curso de pós-graduação na área respectiva, em nível de lato sensu.

Lê-se:

ENFERMEIRO II SAÚDE DO TRABALHADOR	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação à nível de Bacharelado em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Classe respectivo; e curso de pós-graduação na área respectiva, em nível de lato sensu.
ENFERMEIRO II OBSTETRÍCIA	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação à nível de Bacharelado em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Classe respectivo; e curso de pós-graduação na área respectiva, em nível de lato sensu.
ENFERMEIRO II INTENSIVISTA	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação à nível de Bacharelado em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Classe respectivo; e curso de pós-graduação na área respectiva, em nível de lato sensu.
ENFERMEIRO II	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação à nível



NEONATOLOGISTA	de Bacharelado em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Classe respectivo; e curso de pós-graduação na área respectiva, em nível de lato sensu.
ENFERMEIRO II SAÚDE MENTAL	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação à nível de Bacharelado em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Classe respectivo; e curso de pós-graduação na área respectiva, em nível de lato sensu.

d) Onde se lê no **ANEXO IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO PARA CADA CARGO**

**b) CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**

INTÉRPRETE DE LIBRAS 2	Educação inclusiva: marcos legais nacionais. A Educação de Surdos: Aspectos históricos, legais e políticos. Fonologia da LIBRAS. Morfologia em Libras. Sintaxe Espacial da Libras. Ensino da LIBRAS como L1. Escrita de sinais: Signwriting. Cultura surda, identidade surda e ensino. Libras como instrumento de inclusão. Aspectos linguísticos da LIBRAS: Variações, iconicidade e arbitrariedade. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Lei nº 14.113/2020 (fundeb). Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aspectos legais da LIBRAS, Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005. Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 (arts. 205 a 214).
------------------------	---

Lê-se:

INTÉRPRETE DE LIBRAS 2	A Educação de Surdos e a LIBRAS: Aspectos históricos, políticos, culturais e identidade surda. Fonologia da LIBRAS. Concepções de surdez e políticas educacionais para surdos. Aspectos Linguísticos de Língua Brasileira de Sinais – Libras: léxico, fonologia, morfologia e sintaxe. A atuação do Tradutor e Intérprete Educacional. Código de ética intérprete de LIBRAS. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Aspectos legais da LIBRAS, Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005.
------------------------	---

**2) No item 9.2 terá a seguinte inclusão e alteração:**

9.2.1 Para o cargo de Professor de LIBRAS 2:

<p>a) Compreensão de Texto: significação das palavras no texto, conceito, relações semântico discursivas entre ideias no texto e os recursos linguísticos usados em função dessas relações.</p> <p>b) Critérios de Avaliação:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Competência linguística (habilidade, fluência e clareza) - 35 pontos;</li> <li>2. Domínio do léxico (vocabulário) - 25 pontos;</li> <li>3. Competência para transferência (habilidade no uso da LIBRAS/Português sem distorções) - 15 pontos;</li> <li>4. Competência Educacional (saberes pedagógicos) - 25 pontos</li> </ol> <p>Observação: a Avaliação Prática terá duração de no mínimo 10 minutos e no máximo 15 minutos.</p>
--

9.2.2 Para o Intérprete LIBRAS 2:

<p>a) Compreensão de Texto: significação das palavras no texto, conceito, relações semântico discursivas entre ideias no texto e os recursos linguísticos usados em função dessas relações.</p> <p>b) Critérios de Avaliação:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Competência linguística (habilidade, fluência e clareza) - 35 pontos;</li> <li>2. Domínio do léxico (vocabulário) - 25 pontos;</li> <li>3. Competência para transferência (habilidade no uso da LIBRAS/Português sem distorções) - 15 pontos;</li> <li>4. Configuração de mãos e expressão corporal - 25 pontos</li> </ol>
--

Observação: a Avaliação Prática terá duração de no mínimo 10 minutos e no máximo 15 minutos.

4) Incluir no Anexo IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, o seguinte tópico:

“PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINOS MÉDIO E SUPERIOR: Estatuto do Servidor (Lei Municipal 2.378 de 07 de janeiro de 1992)”

5) a) Inserir os seguintes cargos na tabela do item 2.1.1.:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO (CEREST)	Técnico de Enfermagem e de Segurança do trabalho com registro no conselho da categoria profissional	40 h	2	---	2	1.466,40
TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO (SESMT)	Técnico de Enfermagem e de Segurança do trabalho com registro no conselho da categoria profissional	40 h	2	---	2	1.466,40
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO (CEREST)	Técnico de Segurança do trabalho com registro no conselho da categoria profissional e/ou Ministério do Trabalho e Emprego	40 h	5	1	6	1.466,40
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO (SESMT)	Técnico de Segurança do trabalho com registro no conselho da categoria profissional e/ou Ministério do Trabalho e Emprego	40 h	5	1	6	1.466,40

b) Inserir os seguintes cargos na tabela do item 2.1.2.:

ASSISTENTE SOCIAL DE SAÚDE (CEREST)	Ensino Superior em Serviço Social com registro no conselho da categoria profissional	30 h	2	--	2	2.499,26
ENFERMEIRO DO TRABALHO (CEREST)	Ensino Superior em Enfermagem com Especialização, em nível de pós-graduação, em Engenharia de Segurança do Trabalho (com registro no conselho da categoria profissional e/ou Ministério do Trabalho e Emprego	30 h	2	---	2	3.710,15
ENFERMEIRO DO TRABALHO (SESMT)	Ensino Superior em Enfermagem com Especialização, em nível de pós-graduação, em Engenharia de Segurança do Trabalho (com registro no conselho da categoria profissional e/ou Ministério do Trabalho e Emprego	30 h	2	--	2	3.710,15
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO (CEREST)	Ensino Superior em Engenharia ou Arquitetura com especialização em nível de pós-graduação, em Engenharia de Segurança do Trabalho (com registro no conselho da categoria profissional e/ou Ministério do Trabalho e Emprego	30 h	4	---	4	4.530,82

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO (SESMT)	Ensino Superior em Engenharia ou Arquitetura com especialização em nível de pós-graduação, em Engenharia de Segurança do Trabalho (com registro no conselho da categoria profissional e/ou Ministério do Trabalho e Emprego	30 h	2	---	2	4.530,82
MÉDICO DO TRABALHO (CEREST)	Ensino Superior em Medicina com especialização em nível de pós-graduação, em Medicina do Trabalho (com registro no conselho da categoria profissional e/ou Ministério do Trabalho e Emprego	30 h	3	---	3	3.710,15
MÉDICO DO TRABALHO (SESMT)	Ensino Superior em Medicina com especialização em nível de pós-graduação, em Medicina do Trabalho (com registro no conselho da categoria profissional e/ou Ministério do Trabalho e Emprego	30 h	2	---	2	3.710,15

c) Inserir no item 2.1.2.:

PSICÓLOGO (ORGANIZACIONAL) (CEREST)	Nível Superior, acrescido de habilitação legal para exercício da profissão e registro em conselho de classe.	30 h	2	--	2	1.213,95
ASSISTENTE JURÍDICO (CEREST)	Ensino superior completo em Direito e registro no conselho de classe.	30 h	1	--	1	4.053,71

d) Insere-se ao término do quadro do item 2.1.2 a seguinte legenda:

”habilitação legal para exercício da profissão’ refere-se ao registro em respectivo conselho de classe, quando houver”

## 6) Incluir no ANEXO III - DESCRIÇÃO SINTÉTICA DAS FUNÇÕES DOS CARGOS

### a) CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO	Auxiliar o Enfermeiro do Trabalho na execução de programas de avaliação da saúde dos servidores, em nível de sua qualificação, tais como: observando, reconhecendo e descrevendo sinais e sintomas; executando ações de simples complexidade; executar atividades de enfermagem do trabalho, em nível de sua qualificação nos programas: de prevenção e controle das doenças ocupacionais e acidentes do trabalho; de controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis e vigilância epidemiológica dos servidores; de educação para a saúde dos servidores; executar atividades de assistência de acordo com suas competências.
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	Informar aos gestores, através de parecer técnico, sobre os riscos existentes nos setores de trabalho, bem como orientá-los sobre as medidas de eliminação e neutralização; informar os servidores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização; analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças ocupacionais e a presença de agentes ambientais agressivos ao servidor, propondo ação ou seu controle; executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho, avaliando os resultados alcançados, de maneira a integrar o processo preventivista que beneficie a saúde do servidor; promover, auxiliar e participar de eventos, tais como, campanhas, seminários, palestras, reuniões e treinamentos com o objetivo de divulgar as normas de segurança e higiene do trabalho, na promoção do preventivismo; orientar e fazer cumprir as normas de segurança referentes aos projetos de construção, aplicação, reforma, arranjos físicos e de fluxos, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por empresas contratadas; encaminhar às secretarias, autarquias e fundações, normas, regulamentos, documentação, dados estatísticos, resultados de análises e avaliações, materiais de apoio técnico, educacional e outros de divulgação para conhecimento e autodesenvolvimento do servidor; inspecionar e indicar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e outros materiais considerados indispensáveis, de acordo com a legislação vigente, dentro das qualidades e

	<p>especificações técnicas recomendadas; orientar quanto ao manejo e destinação dos resíduos no âmbito do Município; fiscalizar e orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho, previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço; executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e técnicas científicas, observando dispositivos legais e institucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos servidores; levantar e analisar os dados estatísticos de acidentes do trabalho, doenças ocupacionais, para ajustes das ações preventivas; orientar aos servidores e os gestores sobre os riscos ocupacionais, bem como as medidas e alternativas de eliminação ou neutralização dos mesmos; articular-se e colaborar com os órgãos e entidades ligados à prevenção de acidentes do trabalho, doenças ocupacionais; participar de seminários, treinamento, congressos e cursos visando ao intercâmbio e ao aperfeiçoamento profissional.</p>
--	---

**b) CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:**

ASSISTENTE SOCIAL DE SAÚDE	<p>Identificar, em conjunto com as Equipes de Saúde da Família e a população, as ações e as práticas a serem adotadas em cada área ou micro área, levando em consideração a análise do perfil epidemiológico e características da população. Trabalhar na construção coletiva de ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer e outras, com vistas à inter-setorialidade. Discutir e elaborar projetos terapêuticos em reuniões, inter-consultas, visitas e outros espaços de cuidado e discussão com as equipes de saúde, promovendo a educação permanente que amplie a capacidade das equipes no cuidado à população e permitam a apropriação coletiva do acompanhamento dos usuários, realizando ações multidisciplinares e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada. Desenvolver atividades de Serviço Social que envolvam avaliação, coordenação, diagnóstico, educação e emissão de laudos periciais inerentes a assistência social, com vistas a orientação e organização de benefícios e serviços sociais no âmbito da assistência à saúde. Promover, por meio de técnicas próprias e através de entrevistas, palestras, visitas a domicílio e outros meios, a prevenção ou solução de problemas sociais identificados entre grupos específicos de pessoas.</p>
ENFERMEIRO DO TRABALHO	<p>Identificar e analisar as condições de riscos da Prefeitura Municipal de Campina Grande, efetuando observações nos locais de trabalho e discutindo em equipe as necessidades quanto à segurança, higiene e melhoria do trabalho; elaborar e implantar programas de proteção à saúde dos servidores, através da participação em grupos que realizam inquéritos sanitários, estudam as causas de absenteísmo, façam levantamentos de doenças ocupacionais e lesões traumáticas, procedam aos estudos epidemiológicos, coletam dados estatísticos de morbidade e mortalidade de servidores, investigando possíveis relações com as atividades funcionais, para obter a continuidade operacional e aumento da produtividade; executar e avaliar programas de prevenções de acidentes e de doenças ocupacionais ou não-ocupacionais, fazendo análise da fadiga, dos fatores de insalubridade, dos riscos e das condições de trabalho do menor e da mulher, para propiciar a preservação de integridade física e mental do servidor; colaborar na organização e administração do Setor de Medicina do Trabalho do Município, buscando provimento de pessoal e materiais necessários, treinando e supervisionando técnicos de enfermagem do trabalho, atendentes e outros, para promover o atendimento adequado às necessidades de saúde dos servidores; treinar servidores, instruindo-os sobre o uso de EPI adequado ao tipo de trabalho, para reduzir a incidência de acidentes; planejar e executar programas de educação sanitária e imunização, divulgando conhecimentos e estimulando a aquisição de hábitos saudáveis, para prevenir doenças ocupacionais, mantendo cadastros atualizados de Perfis Profissiográficos Previdenciários - PPP - a fim de preparar dados para subsidiar processos indenizatórios; participar de seminários, treinamento, congressos e cursos visando ao intercâmbio e ao aperfeiçoamento profissional.</p>
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	<p>Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente o serviço de Engenharia de Segurança do Trabalho da Prefeitura, tais como: estudar as condições de segurança dos setores de trabalho e das instalações e equipamentos, com vistas especialmente aos problemas de controle de risco, controle de poluição, higiene do trabalho, ergonomia e proteção contra incêndio; planejar e desenvolver a implantação de técnicas relativas ao gerenciamento e ao controle de riscos; vistoriar, avaliar, realizar perícias, emitir parecer, laudos técnicos e indicar medidas de controle sobre grau de exposição a agentes agressivos de riscos físicos, químicos e biológicos, ergonômicos e de acidentes, previstos nas normas regulamentadoras vigentes, caracterizando as atividades, operações e locais insalubres e perigosos; analisar riscos, acidentes e falhas, investigando causas, propondo medidas preventivas e corretivas e orientando trabalhos estatísticos, inclusive no que diz respeito ao custo; propor programas, normas e regulamentos internos de Segurança do Trabalho, zelando pela sua observância; elaborar projetos de sistemas de segurança e assessorar a elaboração de projetos de obras públicas do Município, instalação e equipamentos, opinando do ponto de vista da Engenharia de Segurança; estudar instalações, máquinas e equipamentos, identificando seus pontos de risco e projetando dispositivos de segurança; projetar sistemas de proteção contra incêndios, coordenar atividades de combate a incêndio e de salvamento e elaborar planos de contingências; inspecionar locais de trabalho no que se relaciona com a Segurança do Trabalho, delimitando áreas de riscos; especificar, controlar e fiscalizar sistemas de proteção coletiva e equipamentos de segurança, inclusive os de proteção individual e os de proteção contra incêndio, assegurando-se de sua qualidade e eficiência; opinar e participar da especificação para aquisição de</p>

	<p>substâncias e equipamentos cuja manipulação, armazenamento, transporte ou funcionamento possam apresentar riscos, acompanhando o controle do recebimento e da expedição; elaborar planos destinados a criar e implantar a prevenção de acidentes, promovendo a instalação de comissões e assessorando-lhes o funcionamento; orientar o treinamento específico de Segurança do Trabalho e assessorar a elaboração de programas de treinamento geral, no que diz respeito à Segurança do Trabalho; acompanhar a execução de obras e serviços decorrentes da adoção de medidas de segurança, quando a complexidade dos trabalhos a executar assim o exigir; colaborar na fixação de requisitos de aptidão para o exercício de funções, apontando os riscos decorrentes desses exercícios; propor medidas preventivas no campo da Segurança do Trabalho, em face do conhecimento da natureza e gravidade das lesões decorrentes de acidente de trabalho, incluídas as doenças do trabalho; informar aos servidores e aos gestores, as condições que possam afetar a integridade física e propor medidas que eliminam ou atenuam estes riscos; planejar e implementar outras atividades de promoção da saúde, priorizando o enfoque dos fatores de risco relacionados ao trabalho; participar de seminários, treinamento, congressos e cursos visando ao intercâmbio e ao aperfeiçoamento profissional.</p>
MÉDICO DO TRABALHO	<p>Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente o serviço de Medicina do Trabalho da Prefeitura, tais como: realizar exames ocupacionais de avaliação da saúde dos servidores (admissionais, periódicos, demissionais, de mudança de função, de retorno ao trabalho), incluindo a história médica, história ocupacional, avaliação clínica e resultados de exames laboratoriais, avaliação das demandas profissiográficas e cumprimento dos requisitos legais vigentes; diagnosticar as doenças e acidentes relacionados com o trabalho, dando encaminhamento para reabilitação física e profissional e direcionar atenção médica às ocorrências de agravos à saúde; identificar os principais fatores de risco presentes no ambiente de trabalho decorrentes do processo e das formas de organização do trabalho e as principais conseqüências ou danos na saúde dos servidores; identificar as principais medidas de prevenção e controle dos riscos presentes nos ambientes e condições de trabalho, inclusive a correta indicação do uso dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI; implementar atividades educativas junto aos servidores e gestores; participar da inspeção e avaliação das condições de trabalho com vistas ao seu controle e à prevenção dos danos na saúde dos servidores; avaliar e opinar sobre o potencial de agentes tóxicos prejudiciais à saúde e produtos químicos desconhecidos ou insuficientemente avaliados quanto à sua toxicidade; interpretar e cumprir normas técnicas e os regulamentos legais, colaborando, sempre que possível, com os órgãos governamentais, no desenvolvimento e aperfeiçoamento destas normas; auxiliar nos planejamentos e implantação de planos de contingências; participar da implementação e acompanhamento dos programas de reabilitação e readaptação de servidores com dependência química; gerenciar as informações estatísticas e epidemiológicas relativas à mortalidade, morbidade, incapacidade para o trabalho, para fins de planejamento, para a implantação de novos programas de saúde; vistoriar, avaliar, realizar perícias, emitir parecer, laudos técnicos e indicar medidas de controle sobre grau de exposição a agentes agressivos de riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes previstos nas normas regulamentadoras vigentes; participar de seminários, treinamento, congressos e cursos visando ao intercâmbio e ao aperfeiçoamento profissional.</p>

## 7) Incluir no ANEXO IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## a) CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO	<p>Fundamentos de Enfermagem: técnicas básicas. Biossegurança. Assistência de enfermagem em agravos clínicos e cirúrgicos. Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis. Notificação Compulsória de Doenças. Programa Nacional de Imunizações. Psicologia nas relações humanas no trabalho. Assistência de Enfermagem à saúde do trabalhador. Assistência de Enfermagem em situações de urgência e emergência. Educação para a Saúde: Campanhas de Prevenção: SIDA, Tabagismo, Alcoolismo, obesidade outros agravos à saúde. Dinâmica de Grupo. Humanização na assistência. Higiene e Segurança do trabalho. Acidente do trabalho, doenças profissionais e do trabalho. Psicopatologia do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico no trabalho. Normas regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, especialmente as NR-04, NR-05, NR-06, NR-07, NR-09 (ênfase em Programa de Conservação Auditiva) NR-17 e NR-32. Ética profissional. Acreditação Hospitalar.</p>
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	<p>Riscos de acidentes; Acidentes de trabalho; Mapa de Risco; E-social Atividades e operações insalubres e perigosas; Ergonomia; Gerenciamento de resíduos de saúde; Riscos ambientais de trabalho. Equipamentos de proteção individual; Doenças ocupacionais; PCMSO E PPRA; Comunicação de Acidentes do Trabalho; CAT Conhecimentos sobre o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP; Normas Regulamentadoras relativas à Medicina e Segurança do Trabalho com ênfase na NR32. Acreditação Hospitalar.</p>

## b) CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

ASSISTENTE SOCIAL DE SAÚDE	<p>Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. O Serviço Social na contemporaneidade. A dimensão pedagógica do trabalho do Assistente Social. Materialismo Histórico Dialético e a práxis profissional. Princípios fundamentais do código de ética profissional. Serviço Social e Economia Política. Ética Profissional do Assistente Social na área da saúde. Serviço Social e a emissão de relatórios, laudos e pareceres; instrumentos e técnicas do Serviço Social. Metodologias participativas para grupos. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Supervisão de Estágio. Controle Social e Participação em Políticas Públicas. Planejamento: programas, projetos, serviços e benefícios. Serviço Social e o sistema de seguridade social. Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993). Serviço Social e trabalho com famílias. Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Questão Social e saúde. Reforma Sanitária e política de saúde no Brasil. Serviço Social e Saúde: estratégias de intervenção. Serviço Social e Reforma Psiquiátrica. Sistema Único de Saúde: Lei no 8.080/1990. Lei que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS: Lei no 8.142/1990. Norma Operacional Básica do SUS. Níveis de proteção em saúde. Programas de saúde. Reforma Sanitária e os desafios para a saúde pública no Brasil. Política antidrogas e redução de danos. Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto da Pessoa com Deficiência e Estatuto do Idoso.</p>
ENFERMEIRO DO TRABALHO	<p>Assistência de Enfermagem em Urgências e Emergências; Atendimento Pré-Hospitalar; Portaria GM/MS no 2.048 de 05/11/2002; Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência; Regulamento Técnico; Acidentes Com Múltiplas Vítimas; Processo de Enfermagem: Bioestatística, Análise e Coleta de Dados, Amostragem, Apresentação Tabular e Representação Gráfica; Estudo dos Agravos à Saúde do Trabalhador; Norma Regulamentadora 32; Biossegurança e Saúde; Exposição a material Biológico: Medidas de Controle Pós Exposição; Métodos de Desinfecção e Esterilização de Materiais e Equipamentos de Saúde; Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS); Doenças Profissionais e Doenças Relacionadas ao Trabalho; Benefícios e Reforma da Previdência Social. Aspectos Legais sobre Doenças e Acidentes de Trabalho no Brasil; Responsabilidades Éticas e Legais à Saúde do Trabalhador: SAT – Seguro contra Acidente do Trabalho, CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, Direitos Sociais, Férias Trabalhistas, Afastamento Laboral, Trabalho em Turnos Ininterruptos; Epidemiologia e Vigilância da Saúde do Trabalhador: Doenças Profissionais, Doenças Relacionadas ao Trabalho, Doenças Imunopreveníveis e Doenças de Notificação Compulsória; Ergonomia Aplicada ao Trabalho: Metodologia da Análise Ergonômica do Trabalho, Principais Correntes de Ergonomia, Ergonomia no Brasil e no Mundo, Legislação Brasileira relativa à Ergonomia, Manual de Aplicação da NR 17; Organização do Trabalho; Ergonomia Cognitiva; Toxicologia da Indústria de Petróleo e Derivados; Ética e Deontologia de Enfermagem: Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, Regulamentação do Exercício Profissional de Enfermagem do Trabalho, Atribuições e Atuação do Enfermeiro do Trabalho; Administração de Serviços de Saúde e dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT): Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional – OHSAS 18001:2007, Sistemas de Gestão Integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); NR 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA): Higiene Ocupacional. Levantamento dos Riscos Físicos, Químicos, Biológicos, Ergonômicos e Metodologia de Avaliação. Gerenciamento dos Riscos Ocupacionais e Limites de Exposição; Legislação de Segurança, Medicina do Trabalho e Saúde Complementar, Convenções Internacionais (Convenções da OIT sobre Saúde do Trabalhador) e Nacionais (Lei Orgânica da Saúde, Constituição da República Federativa do Brasil e Consolidação das Leis do Trabalho; Aposentadoria Especial no Brasil; PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário; Política Nacional para a Saúde do Trabalhador; NR 7-Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); Níveis de Atenção à Saúde-Promoção da Saúde e Proteção Específica, Atenção Secundária e Terciária, Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; Programas de Saúde do Trabalhador; Sistema de Saúde Brasileiro: Público e Privado, Política Social e o Sistema Previdenciário no Brasil; Acreditação Hospitalar.</p>

<p>ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO</p>	<p>Administração aplicada à Engenharia do Trabalho. As atribuições do Engenheiro de Segurança do Trabalho. Acidentes de trabalho: teoria dos acidentes e estatísticas. Investigação de acidentes de trabalho: método árvore de causas. Legislação de segurança do trabalho. Programas de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações: Proteção de máquinas industriais. Ferramentas de corte e soldagem. Sistemas de proteção coletiva. Segurança com caldeiras e vasos de pressão. Movimentação, transporte, manuseio e armazenamento de materiais. Riscos em obras de construção, demolição e reforma. Os riscos elétricos e seu controle. Proteções coletivas e individuais. Manutenção preventiva. Higiene do Trabalho: Conceito e classificação dos riscos ocupacionais - agentes físicos, químicos e biológicos. Objetivos da higiene ocupacional. Controle dos riscos ocupacionais. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Programa de proteção respiratória. Mapeamento de riscos. Sistemas de prevenção, proteção e combate a incêndios. Sistemas e equipamentos para o combate de incêndios. Ergonomia: Organização do trabalho: postos de trabalho, arranjo físico, dimensionamento e mobília. Introdução à análise ergonômica. Metodologias de análise ergonômica. Análise ergonômica de demanda e da tarefa. Análise ergonômica da atividade: modelos, métodos e técnicas. Métodos de tratamento de dados em ergonomia. Diagnóstico e recomendações ergonômicas. Ambiente de trabalho: ambiente térmico, ambiente luminoso, ambiente sonoro, vibrações e radiações. Movimentação de cargas. Programa de controle médico e saúde ocupacional: Programa de controle médico e saúde ocupacional - PCMSO: diretrizes, responsabilidades, primeiros socorros. Ambientes insalubres: atividades insalubres, Doenças profissionais. Legislação e normas técnicas: Legislação previdenciária e trabalhista CLT. Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3214, de 8 de junho de 1978 (e suas alterações). Lei nº 8212 e 8213, de 24 de julho de 1991. Decreto 3048, de 06 de maio de 1999 (e suas alterações). Convenções e recomendações da OIT. Responsabilidade profissional: civil, criminal e trabalhista. Toxicologia - agentes tóxicos: Vias de absorção do organismo. Mecanismos de proteção do organismo. Limites de tolerância biológicos. Métodos de investigação. Acreditação Hospitalar.</p>
<p>MÉDICO DO TRABALHO</p>	<p>A patologia do trabalho em uma perspectiva ambiental; Saúde do trabalhador no âmbito do SUS. Vigilância à saúde do trabalhador; Acidentes no trabalho ou doença do trabalho reabilitação profissional - mudança de cargo/função; Atendimento de urgências em medicina pré-hospitalar para vítimas de acidentes e mal súbito - perícia médica, sigilo profissional e atestado e boletim médico. Doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho. Conceito, relação saúde/doença/ ambiente do trabalho. Doenças ocupacionais e profissionais. Doenças causadas por agentes físicos, químicos e biológicos; Doenças relacionadas aos sistemas cardiovascular, digestivo, endócrino, hemolinfático, neuropsíquico, osteomuscular, respiratório, tegumentar, urogenital, oftálmico e otolaringológico. Doenças infecciosas ocupacionais e câncer; EPI - Equipamentos de proteção Individual; Epidemiologia das doenças profissionais no Brasil, aspectos toxicológicos e sua prevenção; Ergonomia - cargas e solicitações no trabalho - formas de trabalho humano. Fadiga e monotonia, vibrações intensas – iluminação; Investigação e análise dos acidentes de trabalho - conceito de acidente do trabalho, medidas técnicas e administrativas de prevenção. Metodologia de abordagem: individual e coletiva dos trabalhadores, com o uso de ferramentas epidemiológicas; Laudo pericial e os processos trabalhistas - proteção do trabalhador, da mulher e do menor; Organização dos serviços de saúde do trabalhador. Organização Internacional do Trabalho e Normas Internacionais do Trabalho. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário; PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; RENAST- Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - Manual de Gestão e Gerenciamento; Saúde ambiental e repercussões na saúde individual e coletiva. Mapeamento de riscos - ações de saúde, de segurança do trabalho e dos agentes funcionais - campanhas de prevenção de saúde, planejamento, implantação e execução de programa. Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT. Normas regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, especialmente as NR04 ,NR-05, NR-06, NR-07, NR-09 (ênfase em Programa de Conservação Auditiva) NR-17 e NR-32. Código de Ética Médica. Acreditação Hospitalar.</p>

8) O item 5.4.10.4. passa a ter a seguinte redação:

“5.4.10.4.4 Os candidatos hipossuficientes econômicos deverão, para fins de pedido de isenção, enviar:

- a) declaração para fins de isenção indicando o Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico, de acordo com o Anexo II deste Edital; e
- b) declaração de que atende à condição estabelecida no subitem 5.4.10.1, (ii).
- c) Comprovarem ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007;

d) Apresentarem Declaração de que o CadÚnico se encontra ativo e regular;

e) Ficha de inscrição regular no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br) e apresentar o referido boleto bancário.”

9) O item 8.1.1 passa a ter a seguinte redação:

“Participarão da Prova de Títulos somente os candidatos que concorrerem aos cargos de **PROFESSOR (em todas as suas classificações) e demais cargos de Nível Superior de Saúde (Assistente Social em Saúde; Enfermeiro I e II;**

**Enfermeiro do Trabalho; Farmacêutico; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Médico II, Médico do Trabalho; Médico Veterinário, Nutricionista, Psicólogo Clínico e Terapeuta Ocupacional)** classificados na Prova Objetiva conforme item 8.10 e o seu julgamento obedecerá aos seguintes critérios de pontuação:”

10) O item 13.10 passa a ter a seguinte redação:

“13.10 Este Edital poderá ser impugnado, fundamentadamente, por meio do correio eletrônico de ferramenta disponível na Área para Candidatos, acessível pelo site [idecan.org.br](http://idecan.org.br), no período de 19 e 20 de outubro de 2021.”

Campina Grande-PB, 15 de outubro de 2021.

**ANA LUIZA FIGUEIRÊDO QUIRINO TEIXEIRA**

Presidente da comissão do Concurso Público

**EDITAL Nº 002, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE  
CARGOS**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, através da Comissão de Supervisão e Acompanhamento do Planejamento e Execução do Concurso Público, de acordo com as atribuições que lhes são conferidas, nos termos da **PORTARIA Nº 956/2021**, torna pública a abertura das inscrições para o **CONCURSO PÚBLICO 002/2021** destinado ao provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal de Guarda Municipal do Município de Campina Grande-PB, conforme as normas e condições estabelecidas neste Edital e a seguir especificadas:

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Concurso Público será regido por este Edital, seus anexos e eventuais retificações, e executado pelo INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E ASSISTENCIAL NACIONAL – IDECAN, endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br) e correio eletrônico [campinagrande@idecan.org.br](mailto:campinagrande@idecan.org.br).

1.1.1 Compete ao IDECAN a execução da Primeira Etapa.

1.1.2 Compete ao município de Campina Grande a execução da Segunda Etapa, que poderá ser executada por instituição terceirizada, em atendimento aos princípios de oportunidade e conveniência.

1.2 As vagas serão de ampla concorrência, observada a reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme disposto neste Edital.

1.3 O concurso público para os cargos de que trata este Edital compreenderá as Etapas conforme dispostas neste edital.

1.4 As provas objetivas e teste de aptidão física, serão realizadas no município de Campina Grande - PB.

1.5 A avaliação dos candidatos que se declararem com deficiência será realizada exclusivamente no município de Campina Grande-PB.

1.6 Os candidatos aprovados e classificados no concurso, dados os critérios de oportunidade e conveniência, serão convocados através de publicação no site [www.campinagrande.pb.gov.br](http://www.campinagrande.pb.gov.br), com obediência rigorosa à ordem de classificação.

1.7 Para todos os fins deste Concurso Público será considerado o horário oficial de Campina Grande - PB, inclusive para as inscrições e para todos os itens nos quais houver menção sobre “horário local”.

1.8 O concurso público para ingresso no cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal será constituído de:

**1.9 DAS ETAPAS**

**1.9.1 DA PRIMEIRA ETAPA:**

1.9.1.1 1ª Fase: Prova objetiva de conhecimento, de caráter eliminatório e classificatório, composta de questões de múltipla escolha, de acordo com o conteúdo programático indicado neste Edital.

1.9.2.2 2ª Fase: Teste de Aptidão Física (exigência de atestado médico comprovando boas condições de saúde para execução), de caráter eliminatório.

1.9.3.3 3ª Fase: Avaliação psicológica, de caráter eliminatório.

**1.9.2 DA SEGUNDA ETAPA:**

1.9.2.1 1ª Fase: Apresentação de Exames Médicos (com exigência de toxicológico), de caráter eliminatório.

1.9.2.2 2ª Fase: Curso de Formação Profissional, de caráter eliminatório e classificatório (insere-se nesta fase o procedimento Investigação Social e Funcional, de caráter eliminatório).

**2. DO CARGO**

**2.1 DOS REQUISITOS E TOTAIS DE VAGAS**

Cargo	Requisitos Mínimos	Jornada Semanal de Trabalho	Vagas Ampla Concorrência	Vagas Reservadas para PcD	Total de Vagas	Valor do Vencimento Base (R\$)
Guarda Municipal	Nível Médio completo	30 h (submetida ao Regime Especial de Trabalho)	45	5	50	1.100,00 (+ gratificação de 100% do vencimento base)



## 2.2. DA DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO DE GUARDA MUNICIPAL

2.2.1 Vigiar e proteger os bens, serviços e instalações municipais; garantir o funcionamento dos serviços de responsabilidade do Município; apoiar os agentes municipais no exercício do poder de polícia administrativa; atuar na defesa e proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural do Município; participar das ações de defesa civil em situações emergenciais e nos casos de calamidade pública; promover ações civis de segurança preventiva dos cidadãos; colaborar na segurança pública, na forma da lei; promover ações de segurança à Câmara Municipal de Campina Grande, e para que cumpra o disposto no §8º do Artigo 144 da Constituição Federal.

## 3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1 O candidato deverá atender, cumulativamente, para investidura no cargo, aos seguintes requisitos:

- I. nacionalidade brasileira;
- II. habilitação no concurso público;
- III. escolaridade e habilitação exigidas neste edital;
- IV. idade mínima de dezoito anos;
- V. quitação com o serviço militar, se homem
- VI. quitação com as obrigações eleitorais
- VII. aptidão física e mental;
- VIII. não possuir antecedentes criminais;
- IX. aprovação e classificação em Curso de Formação Profissional, de caráter eliminatório, com a devida observância ao disposto no art. 6º, § 3º, da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (NR).

3.1.1 O período de duração do Curso de Formação Profissional de que trata o inciso IX do subitem 3.1 será de até 180 (cento e oitenta) dias.

3.2. No ato da posse, todos os requisitos especificados no subitem 3.1 deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original.

## 4. DAS RESERVAS DE VAGAS

### 4.1 DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

4.1.1 Das vagas destinadas aos cargos, 10% (dez por cento) serão providas na forma da Lei Municipal nº 2.378 de 7 de janeiro de 1992.

4.1.1.1 Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange a todas as Etapas e Fases do concurso e a todas as demais normas de regência.

4.1.2 As pessoas com deficiência, assim consideradas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004; no §1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro 2012 (Transtorno do Espectro Autista); da Lei 14.126, de 22 de março de 2021 (Visão Monocular), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto

nº 6.949/2009, têm assegurado o direito de inscrição no presente concurso público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorreram.

4.1.2.1 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência e que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência;

b) enviar, no período constante do cronograma, para o correio eletrônico campinagrande@idecan.org.br, (i) imagem simples do documento de identidade (nos moldes dos subitens 4.1.4 deste Edital) e CPF e (ii) imagem simples de laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a publicação deste Edital, atestando a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, de acordo com o modelo de formulário constante do Anexo I deste Edital.

c) no caso de candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas, enviar, no mesmo correio eletrônico para a documentação prevista na alínea “b” acima, justificativa acompanhada de laudo e parecer emitidos por especialista da área de sua deficiência, que atestem a necessidade de tempo adicional, conforme prevê o parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, e suas alterações.

4.1.2.2 O candidato com deficiência deverá enviar os documentos elencados no subitem 4.1.2.1 no período determinado, por imagens legíveis. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e aos que forem de interesse da Administração.

4.1.2.3. O candidato que se enquadrar na hipótese prevista no subitem 4.1.2 deste Edital poderá solicitar atendimento especial unicamente para a condição estabelecida no seu parecer médico, enviado conforme dispõe o subitem 4.1.2.1 deste Edital.

4.1.3. O envio das imagens dos documentos especificados no subitem 4.1.2.1 é de responsabilidade exclusiva do candidato. O IDECAN não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

4.1.4. Somente serão aceitas imagens nos seguintes formatos: JPG, JPEG, GIF, PNG ou PDF.

4.1.5 As imagens comprovadamente ilegíveis serão desconsideradas para fins de análise e cumprimento das exigências contidas no subitem 4.1.2.1.

4.1.6 Serão aceitas imagens com tamanho máximo de até 2 MB cada uma.

4.1.7 O candidato deverá manter aos seus cuidados o original ou a cópia autenticada em cartório da documentação constante do subitem 4.1.2.1 deste edital. Caso seja solicitado pelo IDECAN, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

4.1.8 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do documento de identidade e CPF terão validade somente para este concurso público, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

4.1.9 A relação preliminar dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada na internet, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), na data provável conforme cronograma, juntamente com as demais orientações necessárias.

4.1.9.1 O resultado definitivo será divulgado na data provável conforme cronograma, também no site oficial do IDECAN.

4.1.10 O candidato que desejar interpor recurso contra a relação preliminar dos candidatos que tiveram a inscrição indeferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência deverá realizá-lo durante os 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da publicação preliminar prevista no subitem 4.1.9. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

4.1.10.1 No período de interposição de recurso, não haverá a possibilidade de envio da documentação por meio do formulário de recurso ou complementação da que já foi enviada.

4.1.11 A inobservância do disposto no subitem 4.1.2.1 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

4.1.12 O candidato que não se declarar com deficiência no ato de sua inscrição não terá direito de concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência. Apenas o envio da documentação exigida no subitem 4.1.2.1 não é suficiente para o candidato ter sua solicitação deferida.

4.1.13 O candidato que, no ato da inscrição, se declarar pessoa com deficiência, se aprovado no concurso público, figurará na listagem geral de classificação e, também, em lista específica de candidatos na condição de pessoa com deficiência.

4.1.14 As vagas reservadas para pessoas com deficiência serão preenchidas por candidatos(as) que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação em todas as Etapas do concurso, dentro dos limites do quadro de vagas constante do subitem 2.1. Caso não haja candidatos(as) aprovados(as), as vagas eventualmente reservadas serão destinadas à ampla concorrência.

## 5. DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

5.1 A taxa de inscrição no Concurso Público será de acordo com a tabela a seguir:

GUARDA MUNICIPAL	R\$ 75,00 (setenta e cinco reais)
------------------	-----------------------------------

5.1.1. As inscrições serão realizadas no período das **14h00min do dia 18 de outubro às 23h59min do dia 15 de novembro de 2021**, somente via internet, por meio do endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br).

5.1.2. Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, cartão de crédito, DOC, cheque, ordem de pagamento ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital. Também não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento ou extrato bancário.

## 5.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

5.2.1. Para inscrição, o candidato deverá observar o que segue:

a) acessar a página do próprio concurso no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br);

b) preencher o requerimento de inscrição que será exibido e, em seguida, enviá-lo de acordo com as respectivas instruções;

c) o envio do requerimento de inscrição gerará automaticamente o boleto bancário contendo valor da taxa de inscrição, que deverá ser impresso e pago em espécie em qualquer agência bancária, ou por meio eletrônico, sendo de inteira responsabilidade do candidato a impressão e a guarda do comprovante de pagamento da inscrição;

d) a inscrição feita pela internet somente terá validade após a confirmação do pagamento pela rede bancária;

e) o pagamento do valor da taxa de inscrição por meio eletrônico poderá ser efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao último dia de inscrição, podendo o boleto ser reimpresso quantas vezes se fizer necessário até essa data limite para pagamento;

f) o requerimento de inscrição será cancelado caso o pagamento da taxa de inscrição não seja efetuado até dia **16 de novembro de 2021**;

g) após as **00h00min do dia 15 de novembro de 2021**, não será mais possível acessar o formulário de inscrição.

5.2.1.1 O pagamento da taxa de inscrição via boleto bancário após **16 de novembro de 2021** implica o cancelamento da inscrição.

5.2.1.2 A inscrição somente será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio do boleto bancário.

5.2.2 Uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a realização de alteração no que se refere ao cargo escolhido na ocasião da inscrição no certame.

## 5.3 DA REIMPRESSÃO DO BOLETO BANCÁRIO

5.3.1 O boleto bancário poderá ser reimpresso durante todo o processo de inscrição, podendo sua quitação ser realizada por meio de qualquer agência bancária ou correspondentes bancários.

5.3.2 Todos os candidatos inscritos no período constante do item 5.1.1 que não efetivarem o pagamento da taxa de inscrição nesse período, poderão fazê-lo, no máximo, até o primeiro dia útil seguinte ao encerramento das inscrições, quando esse recurso será retirado do endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br). O pagamento da taxa de inscrição, nesse mesmo dia, poderá ser efetivado em qualquer agência bancária ou em correspondentes bancários ou, ainda, através de pagamento *on-line*.

5.3.3. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias, lotéricas e/ou dos Correios na localidade

em que se encontra, o candidato deverá antecipar o envio da documentação prevista neste Edital (quando for o caso) ou o pagamento do boleto bancário para o primeiro dia útil que antecede o feriado ou evento. O candidato poderá ainda realizá-lo por outro meio alternativo válido (pagamento do título em caixa eletrônico, Internet Banking, etc.), devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.

5.3.4 Quando do pagamento da taxa de inscrição, por meio de boleto bancário, o candidato tem o dever de conferir todos os seus dados cadastrais e da inscrição nele registrados, bem como os dados pertinentes no comprovante de pagamento. As inscrições e/ou pagamentos que não forem identificados devido a erro na informação de dados pelo candidato ou por terceiro no pagamento de referido boleto não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.

#### 5.4 DISPOSIÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 O IDECAN não se responsabilizará por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, sobre os quais não tiver dado causa.

5.4.2. É imprescindível o número de CPF do candidato para realização de sua inscrição.

5.4.2.1. Terá a sua inscrição cancelada e será eliminado do Concurso Público o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

5.4.3 A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.4.4 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.4.5. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea, bem como a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros e/ou outra inscrição, assim como a transferência da inscrição para outrem.

5.4.6. Não será deferida a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

5.4.7 O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

5.4.8 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo no caso de cancelamento do concurso público por conveniência da Administração Pública ou anulação.

5.4.9. Após a homologação da inscrição não será aceita em hipótese alguma solicitação de alteração dos dados contidos na inscrição.

5.4.10. Não haverá isenção total ou parcial do pagamento da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que declararem e comprovarem hipossuficiência de recursos financeiros para pagamento da referida taxa, nos termos da Lei Municipal nº 1.985, de 27 de outubro de 1989.

5.4.10.1 Fará jus à isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato economicamente hipossuficiente que comprovar cumulativamente que (i) está inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e que (ii) é membro de família de baixa renda, assim compreendida aquela que possua renda per capita de até meio salário mínimo, ou aquela que possua renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

5.4.10.2 O candidato que requerer a isenção como hipossuficiente econômico deverá informar, no ato da inscrição, seus dados pessoais em conformidade com os que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município, responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico, mesmo que atualmente estes estejam divergentes ou tenham sido alterados nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, em virtude do decurso de tempo para atualização do banco de dados do CadÚnico a nível nacional.

5.4.10.3 Após o julgamento do pedido de isenção, o candidato poderá efetuar a atualização dos seus dados cadastrais junto ao IDECAN através do sistema de inscrições on-line ou solicitá-la ao fiscal de aplicação no dia de realização das provas.

5.4.10.4 A isenção deverá ser solicitada via área do candidato, disponível no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br) mediante o envio da documentação especificada nos subitens 5.4.10.4.4 ou 5.4.10.4.5, conforme orientações a seguir.

5.4.10.4.1 O candidato que desejar requerer a isenção da taxa de inscrição, deverá, obrigatoriamente, realizar sua inscrição no concurso no período, improrrogável, **18 a 20 de outubro de 2021**.

5.4.10.4.2 O candidato inscrito no período supracitado **até dia 20 de outubro de 2021** estará apto a requerer formalmente a isenção de sua taxa de inscrição no Concurso, devendo, para tanto, acessar a página do concurso, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), em específico o *link* disponível para essa solicitação, durante o período de **21 e 22 de outubro de 2021**, para formalizar e concluir sua solicitação.

5.4.10.4.3 O candidato inscrito após o período constante do subitem 5.4.10.4.1 não mais poderá requerer isenção de taxa de inscrição.

5.4.10.4.4 Os candidatos hipossuficientes econômicos deverão, para fins de pedido de isenção, enviar:

a) declaração para fins de isenção indicando o Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico, de acordo com o Anexo II deste Edital;

b) declaração de que atende à condição estabelecida no subitem 5.4.10.1, (ii).

c) Comprovarem ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007;

d) Apresentarem Declaração de que o CadÚnico se encontra ativo e regular;

e) Ficha de inscrição regular no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br) e apresentar o referido boleto bancário.

5.4.10.5 O IDECAN consultará o Órgão Gestor do CadÚnico, bem como as Instituições de Saúde a fim de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que requerer a isenção na condição de hipossuficiente.

5.4.10.6 A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções cíveis e criminais previstas em legislação vigente.

5.4.10.7 O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição, durante a inscrição, não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita à análise e deferimento da solicitação.

5.4.10.8 O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha efetivado o pagamento do boleto bancário, terá sua isenção cancelada.

5.4.10.9 Não serão aceitos, após a realização do pedido, acréscimos ou alterações das informações prestadas.

5.4.10.10 O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição será divulgado até a data provável do dia **03 de novembro de 2021**.

5.4.10.10.1 Caberá recurso ao indeferimento do pedido de isenção no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do resultado preliminar da análise dos pedidos, observadas as disposições do item 9 deste Edital, sendo o resultado definitivo divulgado no dia **10 de novembro de 2021**.

5.4.10.10.2 Os candidatos cujos pedidos permanecerem indeferidos poderão garantir a sua inscrição no certame mediante o pagamento da respectiva taxa, no prazo estabelecido neste Edital.

5.4.11 O não cumprimento de uma das fases fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.4.12. Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento de taxa ou deferidas inscrições solicitadas via fax, postal e/ou correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não o estabelecido neste edital.

5.4.13. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

5.4.14 O candidato, ao realizar sua inscrição, manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Concurso Público, bem como o direito de imagem, para a divulgação do certame de forma institucional e comercial por

parte do IDECAN. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores, através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

5.4.15 A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a desistência do candidato.

5.4.16 O candidato inscrito deverá se atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital (incompleta, incorreta, entre outras situações), será automaticamente considerada não efetivada pelo organizador, não assistindo nenhum direito ao interessado.

#### **5.4.17 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL**

5.4.17.1 Independente da solicitação de atendimento especial, ficará a cargo do IDECAN o atendimento às normas vigentes à época da aplicação das provas presenciais, em virtude do Estado de Calamidade Pública decretado no Estado da Paraíba, garantindo o cumprimento de todas as normas sanitárias e de distanciamento social vigentes nos dias dos eventos.

5.4.17.2 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, no ato de inscrição disponibilizada no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), os recursos especiais necessários a tal atendimento, adotando os seguintes procedimentos:

a) **no caso de atendimentos especiais**, encaminhar por meio de sua Página de Acompanhamento, contida no site [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), cópia simples do CPF e cópia escaneada do laudo médico original, no formato PDF, emitido nos últimos 12 meses, contados do início do período de inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência (quando for o caso), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que justifique o atendimento especial solicitado assinado por especialista da área de sua deficiência, com respectivo CRM ;

b) **no caso de tempo adicional**, encaminhar por meio de sua Página de Acompanhamento, cópia simples do CPF e cópia escaneada do laudo/parecer original, no formato PDF, emitido nos últimos 12 meses, contados do início do período de inscrições, por especialista da área de sua deficiência, com respectivo CRM, que ateste a necessidade de tempo adicional, conforme prevê o § 2º do art. 40 do Decreto nº 3.298, de 1999, e alterações.

c)  
5.4.17.2.1 O envio da cópia simples do CPF e do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) é de responsabilidade exclusiva do candidato. O IDECAN não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino.

5.4.17.2.2 As imagens do laudo médico original ou cópia autenticada em cartório e da cópia simples do CPF valerão somente para este Concurso.

5.4.17.3 Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado ao IDECAN, por inexistir a doença na data

limite referida, deverão fazê-lo via correio eletrônico [campinagrande@idecan.org.br](mailto:campinagrande@idecan.org.br) tão logo a condição seja diagnosticada. Os candidatos nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a tratamento diferenciado.

5.4.17.4 Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverão comunicar ao IDECAN acerca da situação, nos moldes do subitem 5.4.17.2 deste Edital. Em nome da segurança do processo, esta regra também se aplica a candidatos com deficiências auditivas que utilizem aparelho auricular, bem como outros aparelhos diversos por motivos de saúde, tais como: medidor de glicemia, sondas, etc. No caso de descumprimento deste procedimento ou se for verificada má-fé no uso dos referidos aparelhos, os candidatos poderão ser eliminados do certame.

5.4.17.5 A candidata que tiver necessidade de amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses durante a realização das provas objetivas ou etapas avaliatórias do Concurso, amparada pela Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade, e será o responsável pela guarda da criança durante todo o tempo necessário. A candidata sem acompanhante não fará as provas

5.4.17.5.1 Terá o direito previsto no subitem 5.4.17.5 a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas objetivas ou etapas avaliatórias do Concurso.

5.4.17.5.2 A prova da idade será feita mediante declaração no ato de inscrição para o concurso e envio da imagem da respectiva certidão de nascimento via *upload*.

5.4.17.5.2.1 Caso a criança ainda não tenha nascido, a imagem da certidão de nascimento poderá ser substituída por imagem do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.

5.4.17.5.3 A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

5.4.17.5.3.1 Durante o período de amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.4.17.5.4 O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova objetiva ou etapa avaliatória, em igual período.

5.4.17.5.4.1 Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, uma hora de compensação.

5.4.17.6 A pessoa travesti ou transexual (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente, em consonância com sua identidade de gênero) que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL poderá solicitá-lo pelo correio eletrônico [campinagrande@idecan.org.br](mailto:campinagrande@idecan.org.br) até às 21h00min do dia **16 de novembro de 2021**.

5.4.17.7 O candidato que não solicitar atendimento especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não o terá atendida sob qualquer alegação.

5.4.17.7.1 O pedido de atendimento especial será acolhido dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

## 5.5 DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

5.5.1 As relações preliminares das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), inclusive dos candidatos que requererem a concorrência na condição de pessoa com deficiência (PcD), bem como da análise dos pedidos de atendimento especial, serão divulgadas conforme cronograma, para conhecimento do ato e motivos do indeferimento.

5.5.2 Caberá recurso em face da relação preliminar mencionada no subitem 5.5.1, pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da data de sua divulgação.

5.5.3 A relação definitiva de inscritos será divulgada na data provável conforme cronograma.

5.5.4. As informações referentes à data, ao horário, ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) para cada área prevista neste Edital, assim como orientações para realização das provas, estarão disponíveis, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), podendo o candidato efetuar a impressão deste Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI). As informações também poderão ser obtidas por meio de sua Página de Acompanhamento, acessível pelo site [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br).

5.5.5. Caso o candidato, ao consultar o Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar em contato através dos canais de atendimento ao candidato impreterivelmente até o dia **03 de dezembro de 2021**.

5.5.6. Os contatos feitos após a data estabelecida no subitem 5.5.5 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto ser dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

5.5.7. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição do candidato deverão ser corrigidos SOMENTE no dia das provas, pelo fiscal de sala, mediante conferência do documento original de identidade, quando do ingresso do candidato no local de provas.

5.5.8 O Cartão de Confirmação de Inscrição NÃO será enviado ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

5.5.8.1 O candidato deverá observar atentamente os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

5.5.9 A alocação dos candidatos nos locais designados para as provas será definida pela instituição organizadora, podendo esta

adotar livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança do certame. A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação dos locais, não necessariamente havendo a alocação dos candidatos nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de candidatos portadores de necessidades em locais de provas específicos, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a este público.

## 6. DA PRIMEIRA ETAPA

### 6.1 DA PRIMEIRA FASE: DAS PROVAS OBJETIVAS

6.1.1. Serão aplicadas provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os objetos de avaliação constantes nos conteúdos programáticos dispostos no Anexo III deste Edital, conforme o quadro a seguir:

Área	Conteúdo	Número de questões	Peso	Total de Pontos	Perfil Mínimo para Aprovação
Conhecimentos Comuns	Língua Portuguesa	12	1	20	60% (12 questões)
	Raciocínio Lógico	5			
	História de Campina Grande - PB	3			
Conhecimentos Específicos	Noções de Direito e legislação	40	2	80	60% (24 questões)
<b>Totalizações</b>		<b>60</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>36</b>

6.1.2. As provas objetivas, de caráter habilitatório e classificatório, constarão de 60 (sessenta) questões, com peso diferenciado conforme quadro constante do subitem 6.1.1.

6.1.3. Considerar-se-á classificado o candidato que, cumulativamente, atender ao “Perfil Mínimo para Aprovação” constante do quadro disposto no subitem 6.1.1 deste Edital.

6.1.4. Os itens das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A à D) e uma única resposta correta.

6.1.5 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro do candidato.

6.1.6. Não serão computados itens não respondidos, nem itens que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato, que deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (marcação em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.

6.1.6.1. O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte do candidato, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.

6.1.6.2. A não identificação na folha de resposta, pelo candidato, do seu tipo de caderno de prova acarretará em nota final igual a 0,00 (zero).

6.1.7 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.

6.1.7.1 Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

6.1.7.2 A não devolução pelo candidato da folha de respostas ao fiscal acarretará eliminação sumária do candidato no Concurso.

6.1.8. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal do IDECAN devidamente treinado.

6.1.9 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura ótica.

### 6.2 DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

6.2.1. As provas objetivas de múltipla escolha serão realizadas na data prevista de **19 de dezembro de 2021**, no município de Campina Grande - PB, com duração de 4h (quatro horas) para realização, no turno da manhã, conforme quadro a seguir:

DATA	TURNO/HORÁRIO
<b>19 de dezembro de 2021 (domingo)</b>	<b>TARDE</b> 15h00min às 19h00min (Horário local)

6.2.1.1. Por conta de cumprimento de medidas sanitárias inerentes ao combate da pandemia ocasionada pela Covid-19, as provas poderão ser realizadas, também, em municípios diversos de Campina Grande - PB.

6.2.1.2 Os locais de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir os candidatos, serão divulgados na data provável de **10 de dezembro de 2021**, por meio de consulta individual disponibilizada no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), ao candidato.

6.2.1.3 As datas previstas para aplicação das provas do concurso público poderão ser alteradas em razão de eventuais restrições legais, administrativas ou judiciais decorrentes da pandemia da Covid-19.

6.2.2 O candidato que, eventualmente, necessitar apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-la no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala.

6.2.3 O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo o candidato ler atentamente as instruções contidas na capa do caderno de prova.

6.2.3.1. Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.

6.2.3.2. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é de dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

6.2.3.3. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, o IDECAN tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.

6.2.4 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento de identidade original (nos moldes previstos nos subitens 6.2.10 e 6.2.10.1 deste Edital) e com máscara de proteção facial (de uso obrigatório) sobre o nariz e a boca durante toda a permanência no local de aplicação.

6.2.4.1. Não será permitido ao candidato, no dia da realização das provas, não utilizar máscaras de proteção facial sobre o nariz e boca durante toda a permanência no local de aplicação, devendo cumprir, obrigatoriamente, com todos os cuidados individuais de higiene recomendados para a prevenção do contágio da Covid-19, sob pena de ser eliminado do Concurso.

6.2.4.2. Os candidatos poderão levar máscara reserva, para fins de troca a cada 2 (duas) horas, e mantê-la em embalagem indicada pelos fiscais de prova, bem como levar seu próprio álcool em gel para uso individual durante a prova, desde que ele esteja acondicionado em embalagem transparente e sem rótulo, bem como garrafa transparente de água, sem rótulo.

6.2.4.3 Os candidatos deverão seguir e obedecer ao protocolo de enfrentamento à COVID-19 que será disponibilizado em momento hábil e anterior à realização das ações presenciais do concurso, pelo IDECAN, por meio de seu site [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br).

6.2.5. Poderá ocorrer inclusão de candidato que apresente documento que demonstre a regularidade de sua inscrição. A

inclusão terá caráter condicional e será, posteriormente, averiguada pelo IDECAN a fim de se confirmar a sua pertinência. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

6.2.6. No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial local, não sendo admitidos quaisquer candidatos retardatários. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de dois candidatos, testemunhas do fato.

6.2.7 Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de dois candidatos que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de prova, folhas de respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

6.2.8. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

6.2.8.1. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, todos os candidatos deverão se submeter à identificação datiloscópica, bem como a outros procedimentos de segurança, se julgados necessários pela Organizadora, no dia de realização das provas. Poderá ainda ser solicitada, em momento posterior às provas, nova identificação datiloscópica, excepcionalmente, a critério da Comissão do Concurso.

6.2.8.1.1. Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência.

6.2.9. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados neste Edital ou em comunicado. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início, sendo excluído o candidato considerado ausente na aplicação.

6.2.10 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, Secretarias de Segurança Pública, Institutos de Identificação e Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, tenham valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (modelo com foto).

6.2.10.1 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser

apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

6.2.10.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto e CNH Digital), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

6.2.10.3 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

6.2.10.4 O candidato que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.

6.2.10.5 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.

6.2.10.6 O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato e sua assinatura.

6.2.11. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do IDECAN sobre tais equipamentos.

6.2.11.1 No caso de o candidato ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos supracitados ou outros semelhantes, bem como durante a aplicação da prova, qualquer aparelho eletrônico de titularidade do candidato vier a emitir qualquer sinal sonoro, mesmo estando acondicionado conforme subitem 6.2.11.2, será lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e o mesmo será eliminado automaticamente do certame. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

6.2.11.2 Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, os candidatos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.

6.2.11.3 Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer nessa situação durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo ao local de provas.

6.2.11.4 Bolsas, mochilas e outros pertences dos candidatos deverão igualmente permanecer ao lado ou embaixo da carteira/cadeira do candidato.

6.2.11.4.1 Todos os materiais de estudo deverão ser devidamente guardados antes do início das provas, não podendo estar na posse dos candidatos quando do uso de sanitários, durante o tempo de realização das provas, sob pena de eliminação.

6.2.11.5 A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que o candidato não tenha ingressado no local de prova no início do certame, ou tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos.

6.2.11.6 Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é recomendável que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização das provas. Caso, contudo, se verifique esta situação, o candidato será encaminhado à Coordenação da Unidade, onde deverá entregar a arma para guarda devidamente identificada, mediante preenchimento de termo de acautelamento de arma de fogo, onde preencherá os dados relativos ao armamento. Eventualmente, se o candidato se recusar a entregar a arma de fogo, assinará termo assumindo a responsabilidade pela situação, devendo desmuniar a arma quando do ingresso na sala de aplicação de provas, reservando as munições na embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, as quais deverão permanecer lacradas durante todo o período da prova, juntamente com os demais equipamentos proibidos do candidato que forem recolhidos.

6.2.12. Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria.

6.2.12.1 É garantida a liberdade religiosa a todos os candidatos. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça será solicitado que se dirijam ao local a ser indicado pela Coordenação do IDECAN, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade do candidato e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.

6.2.12.1.1 Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário novo procedimento de vistoria, conforme o descrito, esse poderá ser realizado.

6.2.12.1.2 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, no dia de realização de prova:

a) serão observados os cuidados de distanciamento social e higienização relativos à prevenção do contágio da Covid-19, conforme orientações legais vigentes, oferecendo álcool gel e aferindo a temperatura dos candidatos na entrada dos locais de provas, bem como seguindo, também, o protocolo citado no subitem 6.2.4.3;

b) não será permitida a permanência de acompanhante do candidato (exceto para o caso previsto no subitem 5.4.17.6 deste Edital) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde forem aplicadas as provas;

c) os candidatos poderão ser submetidos ao detector de metais;



d) poderá ser exigida a retirada da máscara, quando da chegada do candidato para a identificação junto ao fiscal de sala, mantido o distanciamento recomendado e sua imediata recolocação após a identificação, podendo, ainda, ser exigido o exame da máscara e/ou máscara reserva.

6.2.13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

6.2.14. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo Coordenador da Unidade de aplicação, conforme estabelecido no subitem 6.2.1, deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

6.2.15 O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de 02 (duas) horas do horário de início das provas.

6.2.15.1 O candidato, também, somente poderá se retirar da sala de aplicação de provas a partir dos 60 (sessenta) minutos do horário de início das provas.

6.2.15.2 Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

6.2.16 O fiscal de sala orientará os candidatos, quando do início das provas, que o único documento que deverá permanecer sobre a carteira será o documento de identidade original, de modo a facilitar a identificação do candidato para a distribuição de seu respectivo Cartão de Resposta.

6.2.17. Ao término de sua prova, o candidato deverá aguardar o recolhimento de seu material pelo fiscal de aplicação, bem como a conferência de seus dados, podendo retirar-se da sala de provas somente após autorizado.

6.2.17.1 O candidato deverá, obrigatoriamente, devolver ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para correção de sua prova (folha de respostas), devidamente assinada no local indicado, bem como o caderno de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega desse documento será eliminado do concurso.

6.2.18 Terá suas provas anuladas, também, e será ELIMINADO do Concurso Público, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, o candidato que durante a realização de qualquer uma das provas:

- a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
- b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
- c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
- d) utilizar-se de qualquer material disposto no subitem 6.2.11 deste Edital e/ou que se comunicar com outro candidato;
- e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades

presentes e/ou os candidatos;

- f) fizer anotação de informações relativas as suas respostas em qualquer meio (cópia de gabarito);
- g) descumprir as instruções contidas no caderno de prova e, na folha de respostas;
- h) recusar-se a entregar o caderno de prova, a folha de respostas ao término do tempo destinado à sua realização;
- i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o caderno de prova, a Folha de Respostas;
- j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 6.2.8;
- k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;
- m) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
- n) não permitir a coleta de sua assinatura;
- o) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
- p) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
- q) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- r) recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas para posterior exame grafológico, quando houver;
- s) comparecer sem máscara ou recusar-se a utilizá-la, ou, ainda, desrespeitar as regras relativas à prevenção do contágio da Covid-19.

6.2.18.1 Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, o candidato será mantido no Concurso.

6.2.19 No dia de realização das provas, o IDECAN poderá submeter os candidatos, quantas vezes forem necessárias, ao sistema de detecção de metais, seja nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se o candidato está portando material não permitido.

6.2.19.1 Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o acesso aos sanitários.

6.2.20. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.2.21. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

6.2.22. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.

## **7. DOS PROGRAMAS**

7.1. Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo III deste Edital.

7.2. Os conteúdos relacionados no Anexo III poderão ser pesquisados em qualquer bibliografia sobre o assunto.

7.2.1. As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 7.583, 29 de setembro de 2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas dos itens das provas, sendo também o conhecimento destas novas regras exigido para sua resolução.

7.3 O município de Campina Grande - PB e o IDECAN não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público no que tange ao conteúdo programático.

7.4 Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

7.5 Cada item das provas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

## 8.0 DA SEGUNDA FASE: DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

8.1 O Teste de Aptidão Física, 2ª fase da Primeira Etapa do concurso, terá caráter eliminatório e será aplicado exclusivamente no município de Campina Grande - PB, em datas, locais e horários a serem oportunamente divulgados mediante edital de convocação.

8.7 O Teste de Aptidão Física será constituída das seguintes provas:

8.7.1 Teste de flexão dinâmica de braço na barra fixa:

Sexo	Índice Mínimo	Tempo Mínimo	Tentativas
Masculino	<b>05 flexões</b> , em <u>pronação</u> sem tomada de impulso.	----	1
Feminino	<u>Suspensão</u> , em pronação ou supinação.	<b>10 seg</b>	1

8.7.2 Teste de abdominal com pernas flexionadas modo supra:

Sexo	Índice Mínimo	Tempo Máximo	Tentativas
Masculino	Mínimo de <b>30</b>	<b>1 minuto</b>	1
Feminino	Mínimo de <b>20</b>	<b>1 minuto</b>	1

8.7.3 Corrida de 12 (doze) minutos:

Sexo	Índice Mínimo	Tempo Máximo	Tentativas
Masculino	<b>2.000 m</b>	<b>12 minutos</b>	1
Feminino	<b>1.600 m</b>	<b>12 minutos</b>	1

8.8 Descrição dos Testes:

I. Teste de flexão dinâmica de braço na barra fixa (sexo masculino)

8.2 Serão convocados apenas os candidatos habilitados e melhor classificados na prova objetiva, até o limite estabelecido no quadro a seguir, mais os empates na última posição de classificação.

Cargo	Classificação Geral
Guarda Municipal	100ª posição

8.3 O Teste de Aptidão Física será aplicado por comissão designada pelo IDECAN, formada por pessoal de apoio técnico (árbitros credenciados e pessoal treinado) para os registros das marcas dos candidatos, e profissionais graduados em Educação Física que tenham registros no Conselho Regional de Educação Física, aos quais caberá, dentre outras funções, a coordenação e o acompanhamento do trabalho desse pessoal de apoio. Todo o processo será vistoriado pela Comissão Especial do Concurso.

8.4 Caberá ao IDECAN contratar os profissionais de Educação Física e o pessoal de apoio técnico (árbitros credenciados e pessoal treinado).

8.5 O teste de aptidão física, de presença/execução obrigatória e de caráter apenas eliminatório visa a avaliar a capacidade mínima do candidato para suportar, física e organicamente, as atividades e demais exigências próprias do cargo de Guarda Municipal. 8.6 A critério da Administração, a realização o Teste de Aptidão Física poderá ser remarcado, desde que devidamente justificada.

Esta prova não terá limite de tempo, devendo ser realizada a quantidade de repetições mínimas exigidas. A partir da posição inicial, dependurado na barra com os braços estendidos, o executante deverá realizar flexão ultrapassando a linha do

queixo, na posição normal (olhando para frente), acima da linha superior da barra, retornando à posição anterior. As mãos deverão estar em pronação. Durante a execução, deve-se manter o corpo retesado, como se houvesse uma linha reta partindo do calcanhar até o ombro, não sendo permitido balanceios.

II. Teste de flexão estática de braço na barra fixa (sexo feminino)  
A candidata deverá permanecer em flexão e suspensa na barra fixa durante o tempo mínimo exigido. A partir da posição inicial, suspensa em flexão na barra fixa, a candidata deverá permanecer ultrapassando a linha do queixo da linha superior da barra e olhando para frente. As mãos deverão estar em supinação. Durante a execução, deve-se manter o corpo retesado, como se houvesse uma linha reta partindo do calcanhar até o ombro, não sendo permitido balanceios.

III. Teste de abdominal com pernas flexionadas modo supra (ambos os sexos)

Deverá ser realizado o número mínimo exigido de repetições no tempo de 01 (um) minuto. Partindo da posição de decúbito dorsal, as pernas devem estar flexionadas com os joelhos em um ângulo de aproximadamente 45°, os antebraços cruzados sobre a face anterior do tórax e as palmas das mãos ficam sobre a face anterior dos ombros com o dedo médio e o indicador tocando a clavícula. Os pés ficam colocados um ao lado do outro sobre a área de teste com a abertura próxima à dos ombros. Os pés serão seguros por outra pessoa da comissão de avaliação para mantê-los em contato com a área de teste, com as plantas dos pés voltadas para baixo e as mãos devem permanecer em contato com os ombros durante toda a execução. A partir da posição inicial, acima descrita, realiza-se um movimento de contração da musculatura abdominal, elevando o tronco ao mesmo tempo em que se eleva os braços até o nível em que ocorra o contato dos cotovelos da metade da coxa até os joelhos e depois retorna à posição inicial, até que toque a área de teste pelo menos com a metade superior das escápulas (parte superior das costas). Durante a realização do exercício, o candidato deverá fixar o olhar a frente e evitar tensão no pescoço, mantendo-o mais relaxado possível. Deve-se realizar este exercício em um local confortável, como colchonete, tatame, gramado ou outros.

IV. Teste de corrida de 12 (doze) minutos (ambos os sexos)

Será realizada com partida livre, podendo o candidato caminhar durante a prova, entretanto deverá concluí-la no tempo mínimo previsto. A partir do início da prova não será permitido sair da pista, até a conclusão do percurso. Caso não conclua a prova, o candidato será desclassificado. A tomada de tempo será feita pela comissão avaliadora através de cronômetro ou relógio digital em minutos e segundos. Após o encerramento do teste, o avaliador deverá continuar caminhando, por três a cinco minutos, até parar. O teste será realizado em pista de atletismo ou em local adequado como quadra de esportes, parques ou trechos com distâncias conhecidas desde que com a superfície plana.

8.9 O candidato deverá comparecer aos locais das provas, nas datas e nos horários determinados, seguindo as seguintes instruções:

a) estar munido de sua carteira original de identidade;

b) portar, obrigatoriamente, atestado médico original, em modelo padronizado que será disponibilizado no endereço eletrônico do concurso, com data de expedição há, no máximo, quinze dias da data de realização da Avaliação Física, atestando expressamente que está apto a submeter-se às provas desta etapa do concurso;

c) trajar roupa e calçados apropriados à prática de atividades físicas e adequados à natureza das provas e da pista.

8.10 A não apresentação do documento original de identidade ou do atestado médico de que trata a alínea “b” do subitem 8.9 impedirá o candidato de se submeter ao Teste de Aptidão Física, o que acarretará na sua eliminação do concurso.

8.11 O atestado médico deverá ser entregue no momento da identificação do candidato para o início do Teste, não sendo aceito atestado médico em que não constem as condições estabelecidas na alínea “b” do subitem 8.9 deste Edital ou que seja entregue fora da data e do horário estabelecidos no Edital de Convocação.

8.12 O candidato deverá comparecer ao local designado para o Teste de Aptidão Física com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para seu início.

8.13 Não será admitido o ingresso de candidato aos locais de realização do Teste de Aptidão Física após o horário fixado para seu início.

8.14 Os candidatos que apresentarem casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários (estado menstrual, câibras, indisposições, contusões, luxações, fraturas, etc.), que venham a impossibilitar a realização dos testes de capacidade física, não serão levados em consideração, para qualquer tipo de tratamento diferenciado.

8.14.1 A candidata que se apresentar, no local, no dia e no horário estabelecidos no edital específico de convocação para a presente Fase, com atestado médico que comprove situação de gravidez, terá suspensa a sua avaliação física.

8.14.2 A candidata deverá comparecer na data, no local e no horário estabelecidos no edital de convocação e apresentar, no ato de sua identificação, atestado médico original, ou cópia autenticada em cartório, no qual deverá constar, expressamente, o estado de gravidez e o período gestacional em que se encontra, bem como a data, a assinatura, o carimbo e o CRM do profissional que o emitiu.

8.14.3 O atestado médico deverá ser entregue no momento de identificação da candidata para a realização dos testes de capacidade física, não sendo aceita a entrega de atestado médico em outro momento.

8.14.4 A candidata que não entregar o atestado médico e se recusar a realizar os testes de capacidade física alegando estado de gravidez, será eliminada do concurso público.

8.14.5 O atestado médico será retido e, em hipótese alguma, será devolvido ou fornecido cópias à candidata.

8.14.6 A candidata continuará participando das demais Fases e, caso aprovada em todas elas, será convocada para a realização da prova de capacidade física após o período de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data do parto ou fim do período gestacional, de acordo com a conveniência da Administração, sem prejuízo da participação nas demais Fases do concurso público.

8.14.6.1 A gravidez não inabilita a candidata à prova de capacidade física, devendo a candidata submeter-se aos testes em 120 (cento e vinte) dias após o parto ou o fim do período

gestacional, sem prejuízo da participação nas demais Fases do concurso.

8.14.7 É de inteira responsabilidade da candidata procurar o IDECAN, após o período mencionado no subitem 8.14.6, para a realização da referida Fase.

8.14.8 Caso a candidata seja eliminada nas fases posteriores à prova de capacidade física, será automaticamente eliminada do concurso, perdendo o direito de realizar a prova de capacidade física após os 120 (cento e vinte) dias previstos no subitem 8.14.6.

8.15 Não serão aplicadas provas fora dos espaços físicos, das datas e dos horários pré-determinados, salvo em condições estabelecidas no Edital de Convocação para esta fase.

8.16 O resultado do Teste de Aptidão Física terá duas menções:

a) “Apto” para o candidato que obtiver desempenho igual ou melhor do que a marca mínima estabelecida, observando o gênero, em todas os testes aplicados; ou

b) “Inapto” para o candidato que não atingiu a marca mínima em uma ou mais testes aplicados.

8.17 Será eliminado do concurso o candidato que for considerado “Inapto”.

8.18 O candidato considerado “Inapto” poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação do resultado preliminar.

8.19 O candidato cuja inaptidão for mantida após o período de recurso será eliminado do concurso.

## **9.0 DA TERCEIRA FASE: DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

9.1. Os candidatos considerados APTOS no Teste de Aptidão Física serão submetidos à Avaliação Psicológica, de presença obrigatória e de caráter eliminatório, a ser realizada pelo IDECAN, em dias e horários a serem divulgados oportunamente.

9.2 Os candidatos deverão comparecer ao local da avaliação com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência, munidos de documento de identidade com foto (original), conforme subitem 6.2.10 deste Edital, e de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.

9.3 No caso de perda ou roubo do documento de identidade, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data de realização da Avaliação Psicológica e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital, assinatura e fotografia.

9.4 Não será admitido, em hipótese alguma, o ingresso de candidato no local de realização da Avaliação Psicológica após o horário fixado para o seu início.

9.5 Em hipótese alguma será aplicada a Avaliação Psicológica fora do espaço físico, da data e do horário determinados no Edital de convocação para esta Fase do certame.

9.6 Aplica-se ao dia de realização da Avaliação Psicológica o disposto nos subitens 6.2.4.1 a 6.2.4.2, 6.2.9 a 6.2.12.1.2, deste Edital.

9.7 As datas de realização desta Fase serão divulgadas, oportunamente, em edital de convocação específico para tanto.

9.8 A Avaliação Psicológica verificará as características pessoais do candidato, a fim de observar as condições de adaptabilidade do indivíduo no desempenho das atividades que compõem o perfil do cargo pretendido, conforme perfil profissiográfico.

9.9 A Avaliação Psicológica terá caráter unicamente eliminatório, e o candidato será considerado RECOMENDADO ou NÃO RECOMENDADO para o desempenho eficiente das atividades do cargo para o qual está prestando o presente Concurso Público, exclusivamente.

9.10 A avaliação psicológica, de presença obrigatória e de caráter eliminatório, ocorrerá dentro dos parâmetros estabelecidos na Lei Federal nº 4.878/1965, no Decreto Federal nº 9.739, de 28 de março de 2019, e nas Resoluções do Conselho Federal de Psicologia nº 10/2005, nº 02/2016 e nº 009/2018.

9.11 A avaliação psicológica poderá compreender a aplicação coletiva e (ou) individual de instrumentos capazes de aferir, de forma objetiva e padronizada, os requisitos psicológicos do candidato para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.

9.12 A avaliação psicológica será realizada por banca examinadora constituída por membros regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia.

9.12.1 A banca examinadora deverá utilizar-se de testes psicológicos validados no país e aprovados pelo CFP, em conformidade com a Resolução nº 009/2018, bem como aplicá-los em conformidade com as normas em vigor para testagem.

9.12.2 O Perfil Psicológico Profissional do candidato deverá atender as características relacionadas abaixo:

- 1 – inteligência geral (adequada);
- 2 – capacidade de relacionamento interpessoal elevado;
- 3 – capacidade de improvisação adequada;
- 4 – bom controle emocional;
- 5 – agressividade controlada, bem canalizada e adequada;
- 6 – sinais de fobia ausentes;
- 7 – impulsividade diminuída;
- 8 – memória auditiva e visual adequadas;
- 9 – criatividade adequada;
- 10 – bom grau de iniciativa e decisão;
- 11 – capacidade de liderança; e
- 12 – fluência verbal adequada.

9.13 A não recomendação do candidato na Avaliação Psicológica não significará, necessariamente, incapacidade intelectual e/ou existência de transtornos de personalidade, indicando apenas que não atendeu, à época dos exames, aos requisitos e/ou perfil exigidos para o exercício do cargo pretendido.

9.14 Os resultados finais serão obtidos por meio da análise técnica global de todo o material produzido pelo candidato, sendo observadas as orientações e parâmetros contidos nos manuais dos instrumentos técnicos utilizados nas avaliações.

9.15 A Avaliação Psicológica será realizada em uma única oportunidade.

9.15.1 Na Avaliação Psicológica não será atribuída nota, sendo o candidato considerado RECOMENDADO ou NÃO RECOMENDADO, para o exercício do cargo.

9.15.2 O candidato que não comparecer à realização da Avaliação Psicológica ou que obtiver avaliação de perfil “NÃO RECOMENDADO” será automaticamente eliminado do concurso.

9.16 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da Avaliação Psicológica não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado ao candidato.

9.17 É recomendado que o candidato durma bem na noite anterior ao dia de realização da Avaliação Psicológica, alimente-se adequadamente, não ingira bebidas alcoólicas e nem faça uso de substâncias químicas, a fim de estar em boas condições para a realização da referida fase.

9.18 Será considerado NÃO RECOMENDADO e, conseqüentemente, eliminado do concurso o candidato que não apresentar os requisitos psicológicos necessários ao exercício do cargo, conforme perfil profissiográfico.

9.18.1 Será assegurado ao candidato inapto conhecer as razões que determinaram a sua não recomendação, por meio da Entrevista Devolutiva.

9.18.2 A Entrevista Devolutiva é o procedimento técnico no qual um psicólogo contratado pelo IDECAN explica ao candidato o seu resultado e esclarece suas eventuais dúvidas, de caráter exclusivamente informativo.

9.18.3 O resultado obtido na Avaliação Psicológica poderá ser conhecido apenas pelo candidato ou pelo candidato, com o auxílio de um psicólogo, constituído às suas expensas, que irá assessorá-lo ou representa-lo, no local e perante psicólogo designado pelo IDECAN.

9.18.4 O psicólogo contratado pelo candidato, se for o caso, deverá apresentar, na Entrevista Devolutiva, comprovação de registro no Conselho Regional de Psicologia, por meio da Carteira de Identidade Profissional de Psicólogo.

9.18.5 Não será permitido ao candidato, nem ao psicólogo contratado, gravar a Entrevista Devolutiva e nem retirar, fotografar ou reproduzir os manuais técnicos, os testes psicológicos, as folhas de respostas do candidato e/ou qualquer outro material apresentado durante a Entrevista.

9.19 A publicação do resultado na Avaliação Psicológica listará apenas os candidatos aptos, em obediência ao que preceitua o art. 6º da Resolução nº 002/2016 do CFP.

9.19.1 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado preliminar da Avaliação Psicológica disporá de 2 (dois) dias úteis para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado preliminar.

9.20 Considerando a situação de Estado de Calamidade Pública vivenciado no município de Campina Grande - PB e a depender das restrições vigentes na data definida em Edital próprio para realização da 1ª Fase da Segunda Etapa, esta Fase poderá ser adiada até 48h (quarenta e oito horas) antes de sua realização,

ficando a cargo do IDECAN a comunicação do adiamento da prova.

9.21 Os candidatos não convocados para esta Fase estarão automaticamente desclassificados e eliminados do concurso público.

9.22 Todas as demais informações inerentes à Avaliação Psicológica, incluindo suas datas de realização e divulgação de resultados, estarão contidas em edital de convocação específico para tanto, a ser publicado em momento oportuno no site [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br).

## 10. DA SEGUNDA ETAPA

### 10.1 DA PRIMEIRA FASE: DA AVALIAÇÃO DE SAÚDE (APRESENTAÇÃO DE EXAMES)

10.1.1 A 1ª Fase da Segunda Etapa tem caráter eliminatório e compreenderá Exame Médico e Exame Toxicológico, realizados de acordo com este Edital e com as normas e instruções que venham a ser estabelecidas no instrumento convocatório para esta fase do Concurso.

10.1.2 Estará habilitado para a 1ª Fase da Segunda Etapa, o candidato que for aprovado na Primeira Etapa.

10.1.3 Os candidatos que não forem habilitados para esta Segunda Etapa serão eliminados do Concurso.

### 10.2 Do Exame Médico

10.2.1 Os candidatos convocados para o Exame Médico da Avaliação de saúde deverão apresentar os documentos médicos (exames, exames com laudo ou somente laudo), que deverão ser providenciadas às custas do próprio candidato.

10.2.2 Os documentos médicos tratados anteriormente deverão conter o número do documento de identidade do candidato e ter prazo de validade não superior a 60 (sessenta) dias entre a data de realização e sua apresentação à banca examinadora.

10.2.3 O resultado do Exame Médico da Avaliação de saúde será expresso por uma das seguintes menções:

a) **“Apto”** para o candidato que fez a entrega de todas os documentos médicos relacionadas neste Edital dentro do prazo estabelecido e que na conferência do material não foi encontrada pendência de qualquer natureza e, ainda que, não tenha sido enquadrado em nenhuma das “condições incapacitantes”.

b) **“Inapto Temporário”** para o candidato que, a critério da banca examinadora do Exame Médico, tenha que providenciar de imediato avaliação de especialistas ou realizar, também de imediato, às suas custas, nova(s) exames complementar(es) não relacionadas no subitem 10.4.2 deste Edital que se torne(m) necessária(s) para firmar um diagnóstico, visando dirimir eventuais dúvidas, podendo este candidato ser convocado para novo Exame Clínico em prazo estabelecido.

c) **“Inapto”** para o candidato que não satisfizer, pelo menos, uma das condições descritas na alínea “a” do subitem 10.2.3 ou, tendo sido considerado Inapto Temporário, sua situação não tenha sido revertida satisfatoriamente.

10.2.4 No dia de realização do Exame Médico da Avaliação de saúde, o candidato deverá comparecer trajando calção de banho,

no caso de candidato do sexo masculino, e maiô ou biquíni (discretos), para a candidata do sexo feminino, tendo em vista que no local do Exame Médico não será disponibilizado espaço para troca de roupa.

10.2.5 Não serão recebidas os documentos médicos relacionadas no subitem 10.4.2 fora do período estabelecido para o Exame Médico da Avaliação de saúde.

10.2.6 Será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, na data e no horário de realização de seu Exame Médico:

- a) não se encontrar em condição de saúde compatível com o cargo a que está concorrendo;
- b) deixar de apresentar qualquer um dos documentos médicos (exames, exames com laudo ou somente laudo) exigidos para o Exame Médico da Avaliação de saúde.

### 10.3 Das Condições Incapacitantes

10.3.1 A seguir estão listadas as condições incapacitantes para ingresso no Quadro de Pessoal da Guarda Municipal, juntamente com os índices mínimos e as causas de inabilitação no Exame Médico da Avaliação de saúde:

**I. Cabeça e pescoço:** tumores malignos na área da cabeça e do pescoço; deformidade congênita na área da cabeça e do pescoço ou cicatrizes deformantes ou aderentes que causem bloqueio funcional, incompatível com o pleno exercício das atividades do cargo de guarda civil municipal, na área de cabeça e pescoço; alterações estruturais da glândula tireoide, associadas ou não a sinais clínicos de hipertireoidismo.

**II. Ouvidos, nariz e faringe:** deformidades congênicas que comprometam o bom desempenho das funções de Guarda Municipal, tartamudez que comprometa a comunicação oral básica.

**a)** Na prova com audiômetro de tom puro, o candidato não deve ter deficiência de percepção auditiva em cada ouvido, separadamente, maior que 35dB em nenhuma das três frequências 500, 1000, 2000Hz, nem maior que 50dB nas frequências acima de 3000Hz.

**III. Olhos e visão:** opacificações corneanas, ceratocone e ceratopatias; glaucomas; doenças congênicas ou adquiridas; estrabismo (superior a 10 D prismática); doenças e lesões de retina; doenças neurológicas que afetam os olhos; discromatopsia completa; pacientes com catarata ou operados de cataratas com ou sem Lio; AV s/c inferior a 20/100 em cada olho ou até 20/200 em um olho, desde que o outro seja superior ou igual a 20/60, A AV c/c em todos os casos deve ser 20/20 em pelo menos um olho e superior ou igual a 20/40 no outro olho.

**IV. Pele e tecido celular subcutâneo:** infecções bacterianas micóticas crônicas ou recidivantes, micoses extensas; parasitoses cutâneas extensas, eczemas alérgicos cronicados ou infectados, expressões cutâneas das doenças autoimunes; manifestações de doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes que causem bloqueio funcional, incompatível com o pleno exercício das atividades do cargo; hanseníase; tatuagem(ns) que expresse(m) violação aos valores constitucionais, em especial aquelas que

apresentam ideologias terroristas, extremistas e/ou contrárias às instituições democráticas, que incitem a violência e/ou a criminalidade, ou incentivem a discriminação ou preconceitos de raça e gênero, ou qualquer outra forma de intolerância (Recurso Extraordinário 898.450/SP, de 17 de agosto de 2016, com repercussão geral reconhecida).

**V. Pulmões e paredes torácicas:** deformidade relevante congênita ou adquirida, função respiratória prejudicada, doenças imunoalérgicas do trato respiratório inferior; fistulas e fibroses pulmonares difusas; tumores malignos e benignos dos pulmões e pleura.

**VI. Sistema cardiovascular:** cardiopatias congênicas, miocardites e endocardites; doenças do pericárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; doenças oro-valvulares; doenças venosas arteriais e linfáticas; hipertensão arterial de acordo com a definição da OMS; miocardiopatias; insuficiência cardíaca; alterações eletrocardiográficas, tais como: dissociação AV; extra-sístoles muito frequentes; alterações isquêmicas; taquicardias paroxísticas; bloqueios sinoatriais; ritmos de substituição; doenças do nódulo sinusal; bloqueio do ramo esquerdo; bloqueio de ramo direito; bloqueio atrioventricular; flutter e fibrilação atrial; síndromes de pré-excitação; sobrecarga ventricular direita e esquerda; crescimentos atriais: átrio esquerdo, átrio direito e biatrial.

**VII. Abdome e trato digestório:** anormalidades aparentes (ex.: hérnia, fistulas) à inspeção ou palpação visceromegalias; micose profunda; história de cirurgia significativa ou ressecções importantes; doenças hepáticas e pancreáticas; distúrbios funcionais desde que significativos; tumores benignos e malignos.

**VIII. Aparelho gênito-urinário:** anormalidades congênicas ou adquiridas da genitália; rins e vias urinárias; tumores; infecções e outras lesões demonstráveis em exame de urina; criptorquidia; varicocele volumosa e/ou dolorosa; doença sexualmente transmissível em atividade.

**IX. Aparelho osteomioarticular:** doenças e anormalidades dos ossos e articulações congênicas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásticas; traumáticas e degenerativas; desvio ou curvaturas anormais e significativas da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração da estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e sequelas de cirurgia; pé plano espástico desde que comprometa a locomoção, lesões ligamentares, condromalacia de patela e outras doenças incapacitantes para as atividades de Guarda Municipal, de Agente de Defesa Civil e de Agente de Segurança Institucional.

**X. Doenças metabólicas e endócrinas:** diabetes melito descompensada; tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção hipofisária; disfunção tireoidiana sintomática; tumores da tireóide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumor de supra-renal e sua disfunção congênita ou adquirida; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbio do metabolismo do cálcio e do fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; crescimento e desenvolvimento anormais, em desacordo com a idade cronológica.

**XI. Sangue e órgãos hematopoéticos:** alterações significativas do sangue; órgãos hematopoéticos; doenças hemorrágicas.

**XII. Doenças neuropsiquiátricas:** distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênicas ou adquiridas; ataxias; incoordenações; tremores; distúrbios de movimento; parestias e paralisais; atrofia e fraquezas musculares; histórias de síndrome convulsiva; distúrbio da consciência; comportamentais e da personalidade.

**XIII. Tumores e neoplasias:**

- a) Qualquer tumor maligno.
- b) Tumores benignos, conforme a localização, a repercussão funcional e o potencial evolutivo.
- c) Se o médico julgar insignificante a existência de pequenos tumores benignos (ex.: cistos sebáceos, lipoma), deverá justificar sua conclusão.

**XIV. Condições ginecológicas:** neoplasias malignas; cistos ovarianos não funcionais; lesões uterinas e todas as patologias ginecológicas adquiridas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencial mórbido; anormalidades congênicas com repercussão funcional ou com potencial para morbidade; mastites específicas; tumor maligno da mama; endometriose comprovada.

**XV. Aparelho locomotor:** será considerado inapto o candidato que apresentar:

- a) deformidades e/ou desvios em quaisquer planos do eixo normal da coluna vertebral, repercussão funcional (escoliose, cifose, hiperlordose, inversão da lordose);
- b) deformidades ou sequelas de fraturas com comprometimento do alinhamento, simetria e função do segmento afetado;
- c) alterações acentuadas do alinhamento dos membros superiores e/ou inferiores (genuvalgo, genuvaro, genurecurvatum, cúbito-valgo, cúbitovaro);
- d) comprometimento funcional articular (bloqueio da flexão, extensão, pronação, supinação); rotação lateral e medial traumática ou congênita, restrição de função em decorrência de luxação recidivante, em qualquer segmento, operada ou não;
- e) deformidades congênicas ou adquiridas dos pés, por exemplo: pé cavo, hálux-vago, hálux-varo, háluxrígido, sequelas de pé torto congênito, dedos em garra com calosidade ou não, calosidade aquileia, dedo extra numerário;
- f) ausência parcial ou total, congênita ou traumática de qualquer segmento das extremidades;
- g) sequelas de patologias congênicas, com repercussão funcional;
- h) deformidades esqueléticas acentuadas (tumorações; hipertrofias; ossos supranumerários).

**XVI. Coluna lombossacra:** Será considerado inapto o candidato que apresentar em seus exames radiológicos de coluna lombossacra:

- a) escoliose tóraco-lombar;

- b) cifose dorsal;
- c) inversão das curvaturas fisiológicas da coluna vertebral;
- d) má formação congênita isolada ou associada (tais como: spina bífida, vértebra de transição mega apófise neoarticulada ou não ao sacro);
- e) tumoração óssea;
- f) doença inflamatória;
- g) doença infecciosa;
- h) presença de prótese cirúrgica ou sequelas de cirurgia e de fratura.

**10.4 Das Requisições para o Exame Médico**

10.4.1 Os documentos requeridos (exames, exames com laudo ou somente laudo), deverão obrigatoriamente ser entregues acompanhadas dos respectivos laudos e realizadas às custas do candidato, para efeito do Exame Médico, a ser realizado por Bancas Examinadoras compostas por profissionais habilitados, inscritos e regulares junto ao Conselho Regional de Medicina, no dia da realização da Avaliação de saúde oficial, a que os convocados deverão submeter-se.

10.4.2 As requisições para o Exame Médico são as seguintes:

- a) Hemograma completo;
- b) Glicose;
- c) Ureia;
- d) Creatinina;
- e) Ácido úrico;
- f) Grupo sanguíneo;
- g) Fator Rh;
- h) Sorologia para Doença de Chagas por imunofluorescência;
- i) HBSAG;
- j) Anti-HBC-IGG;
- k) VDRL;
- l) Coagulograma completo (TAP, TTPA e tempo de sangria);
- m) Exame de Urina (Sumário);
- n) Ecocardiograma transtorácico (imagem e laudo);
- o) Eletrocardiograma (imagem e laudo);
- p) Eletroencefalograma (imagem e laudo);
- q) Ecografia de abdome total e vias urinárias (imagem e laudo);
- r) Laudo de Acuidade Auditiva medida por audiometria;
- s) Laudo oftalmológico completo (acuidade visual com e sem correção, pressão intra-ocular e fundo de olho, inclusive avaliação cromática);
- t) Laudo ortopédico relativo ao aparelho locomotor e ao aparelho osteoarticular;
- u) Laudo de Sanidade Mental emitido por médico psiquiatra;
- v) Raio-X do Tórax em PA e perfil (imagem e laudo);
- w) Raio-X da Coluna cervical em AP e perfil (imagem e laudo);
- x) Raio-X da Coluna lombossacra em AP e perfil (imagem e laudo).

**10.5 Do Exame Toxicológico**

10.5.1 Os candidatos deverão submeter-se a Exame Toxicológico (de caráter confidencial), que será realizado pelo candidato, observando as orientações a seguir descritas:

- a) Deverá ser do tipo de “larga janela de detecção”, que acusa uso de substâncias entorpecentes ilícitas causadoras de

dependência química ou psíquica de qualquer natureza e deverá apresentar resultados negativos para um período mínimo de 60 (sessenta) dias;

b) Deverá ser realizado em laboratório especializado, a partir de amostra de materiais biológicos (cabelos ou pelos) doados pelo candidato, conforme procedimentos padronizados de coleta, encaminhamento do material, recebimento dos resultados e estabelecimento de contraprova;

c) O resultado do exame para detecção do uso de drogas ilícitas ficará sigiloso junto à executora desta fase, que obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.

10.5.2 O resultado do Exame Toxicológico da Avaliação de saúde será expresso por uma das seguintes menções:

a) **“Apto”** para o candidato que tiver obtido resultado negativo para todas as substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico;

b) **“Inapto Temporário”** para o candidato que estiver impossibilitado de entregar o resultado do seu exame na data prevista, por atraso na chegada do resultado devido a problemas com o laboratório ou com a postagem do material, contanto que comprove ter se submetido à coleta de material em laboratório credenciado dentro do prazo estabelecido.

c) **“Inapto”** para o candidato que tiver obtido resultado positivo para uma ou mais substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico.

## 11. DA SEGUNDA FASE: DO CURSO DE FORMAÇÃO E DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL E FUNCIONAL

11.1 O Curso de Formação Profissional terá caráter eliminatório e classificatório e duração mínima de 476 (quatrocentas e setenta e seis) horas, em obediência à matriz curricular nacional do SENASP, além de cumprir com o necessário para que o Candidato esteja, ao fim do curso de formação, apto para portar armas de fogo. Será regido por edital e regulamento próprios, que estabelecerão a grade curricular, o sistema de avaliação, a frequência mínima e as demais condições relativas ao curso.

11.1.1 Serão convocados por edital específico para realizarem suas matrículas no Curso de Formação, os candidatos classificados na fase anterior.

11.2 O Curso será realizado em tempo integral, em dois turnos diários, podendo incluir sábados, domingos e feriados e, ainda, horários noturnos.

11.3 A matrícula no Curso será feita exclusivamente via internet, no endereço eletrônico oportunamente publicado.

11.4 As informações prestadas na Ficha Eletrônica de Matrícula no Curso são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a executora do direito de excluir do concurso aquele que a preencher com dados incorretos, incompletos, bem como os constatados, posteriormente, como inverídicos.

11.5 Expirado o prazo de matrícula, os candidatos convocados que não efetivarem suas matrículas serão considerados desistentes e eliminados do concurso, ocasião em que serão chamados os candidatos subsequentes.

11.6 Após o início do Curso, nenhuma nova matrícula será admitida, sob qualquer pretexto, inclusive em face de eventuais desistências.

11.7 O candidato convocado para matrícula no Curso deverá preencher a Ficha Eletrônica de Matrícula, imprimir e entregá-la no local indicado em data a ser divulgada no instrumento convocatório específico.

11.8 No caso de o candidato ser servidor ocupante de cargo efetivo ou de emprego público, deverá anexar à Ficha Eletrônica de Matrícula:

a) declaração que comprove esta condição, emitida pelo dirigente de pessoal do órgão/entidade de lotação, liberando-o para participar do Curso de Formação Profissional em tempo integral;

b) formalização de termo de opção quanto à percepção pecuniária da remuneração do cargo/emprego ou da bolsa de custeio que será concedida pela Administração Municipal.

11.10 O candidato que deixar de efetuar a matrícula, não entregar a ficha eletrônica de matrícula no prazo estabelecido, não comparecer ao Curso de Formação Profissional desde o início, dele se afastar ou não satisfizer os demais requisitos legais e regulamentares será desligado do curso e, conseqüentemente, eliminado do Concurso.

11.11 Os candidatos sem frequência mínima no Curso de Formação Profissional serão dele desligado e eliminados do Concurso.

11.12 As despesas decorrentes da participação em todas as fases e procedimentos do Concurso, inclusive no Curso de Formação Profissional, correrão por conta dos candidatos, os quais não terão direito a alojamento, alimentação, transporte ou ressarcimento de despesas, fazendo jus para tais fins, durante o período do curso de formação, a uma ajuda de custo no valor de 01 (um) salário base vigente.

11.13 Será considerado reprovado no curso de formação profissional, e conseqüentemente eliminado do concurso, o candidato que não obtiver no mínimo 70% (setenta por cento) de aproveitamento nas avaliações aplicadas em cada Fase durante o curso de formação profissional ou que não obtiver frequência integral no Curso, salvo faltas devidamente justificadas e abonadas pela comissão organizadora do concurso público.

11.14 Observando o princípio constitucional da moralidade, os candidatos inscritos neste concurso serão submetidos à Investigação Social e Funcional, de caráter eliminatório, que será realizada sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campina Grande, que poderá acionar outros órgãos de inteligência nos níveis estadual e federal.

11.15 A Investigação Social e Funcional para o ingresso na carreira de Guarda Municipal, visa apurar se o candidato apresenta procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável.

11.16 São fatos que afetam o procedimento irrepreensível e a idoneidade moral inatacável:

I. Habitualidade no descumprimento dos deveres de assiduidade, pontualidade, discrição e urbanidade;



II. Prática de ato de deslealdade às instituições constitucionais e administrativas;

III. Manifestação de desprezo às autoridades e a atos da administração pública;

IV. Habitualidade em descumprir obrigações legítimas;

V. Relacionamento ou exibição em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais ou morais;

VI. Prática de ato que possa importar em escândalo ou comprometer a função de segurança do Sistema Penal;

VII. Frequência a locais incompatíveis com o decoro das funções de Guarda Civil;

VIII. Vício de embriaguez, uso ou dependência de substâncias entorpecentes e drogas ilícitas, prática de ato tipificado como infração penal ou qualquer prática atentatória à moral e aos bons costumes;

IX. Contumácia na prática de transgressões disciplinares; e,

X. Participação ou filiação como sócio, membro ou dirigente de entidade ou organização cujo funcionamento seja legalmente proibido ou contrário às instituições constitucionais ou ao regime vigente.

11.17 São competências do órgão responsável pela Investigação Social e Funcional:

a) Fazer investigações, diligências e outros serviços de inteligência correlatos necessários à apuração da conduta do candidato em relação aos fatos descritos no subitem 11.16 e suas alíneas.

b) Estabelecer, na condução da Investigação Social e Funcional, a metodologia e os procedimentos a serem adotados nas pesquisas de arquivos criminais, nas investigações na área residencial, nos estabelecimentos de ensino, nos locais de trabalho e nos locais de recreação e lazer ou locais e situações a serem investigados e que sejam necessários para a elaboração dos dossiês da Investigação Social e Funcional.

11.18 Elaborar dossiês relativos à Investigação Social e Funcional dos candidatos:

I. Elaborar relatório circunstanciado, em que constem as situações que inabilitem o candidato ao exercício do cargo, quando a Investigação Social e Funcional concluir por sua incompatibilidade com o exercício do cargo de Guarda Civil.

II. Encaminhar os dossiês dos candidatos para a Comissão Especial do Concurso.

III. Emitir Parecer Conclusivo, após a análise da defesa, em relação à exclusão do candidato que:

a) Tiver conduta enquadrada em qualquer dos fatos previstos no subitem 11.16 e suas alíneas deste Edital;

b) Tiver omitido informações ou faltado com a verdade, quando do preenchimento da Ficha de Informações Confidenciais ou no Requerimento Eletrônico de Inscrição.

IV. Enviar ao IDECAN a relação dos candidatos considerados Inaptos em virtude de parecer conclusivo de exclusão do Concurso.

V. Arquivar os dossiês relativos à Investigação Social e Funcional e não permitir que sejam utilizados para outra finalidade que não seja a avaliação da conduta e da idoneidade dos candidatos inscritos no concurso público, regulamentado por este Edital, para provimento dos cargos deste Concurso.

11.19 Quando na Investigação Social e Funcional de um candidato concluir-se pela incompatibilidade de sua conduta com o exercício do cargo de Guarda Civil, deverá ser elaborado um relatório circunstanciado, em que constem as situações que o inabilitam ao exercício dos cargos.

11.20 A relação dos candidatos eliminados em decorrência da Investigação Social e Funcional será divulgada no site do concurso, sem indicação expressa do nome do candidato, constando apenas o número de inscrição, em proteção à intimidade do interessado.

11.21 O candidato cujo nome constar da relação de que trata o subitem 11.7 terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da divulgação da relação, para, a seu critério, exercer o direito da ampla defesa e do contraditório.

11.22 O órgão responsável pela Investigação Social e Funcional emitirá Parecer Conclusivo após a análise da defesa do candidato a que se refere o item anterior.

11.23 Será eliminado do Concurso o candidato que, após a análise da sua defesa, for considerado não recomendado na Investigação Social e Funcional.

## 12. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

12.1. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente da Nota Final, em lista de classificação.

12.2. Serão considerados aprovados dentro do número de vagas deste Concurso os candidatos que, cumulativamente:

a) obtiverem pontuação igual ou superior a 60% do total de pontos da Prova Objetiva;

b) forem considerados APTOS no Teste de Aptidão Física;

c) forem considerados RECOMENDADOS na Avaliação Psicológica;

d) forem considerados APTOS na Avaliação de Saúde;

e) forem considerados APTOS na Investigação Social e Funcional; e

f) forem aprovados no Curso de Formação Profissional.

12.3. Serão elaboradas duas listas de classificação, sendo uma geral, com o resultado final da Primeira Etapa do concurso público, e outra com o resultado final do concurso, após o término do Curso de Formação Profissional (Segunda Etapa), contendo esta última lista o somatório de ambas as Etapas, conforme fórmula abaixo. Para fins de desempates na Nota Final do concurso, serão aplicados os critérios definidos nos subitens 12.3.1 e 12.3.2 e seguintes, deste Edital.

NF = NFPO + NFCFP.

Onde:

NF = Nota Final do concurso

NFPO=Nota Final da Prova Objetiva

NFCFP = Nota Final do Curso de Formação Profissional.

12.3.1. Os desempates da Primeira Etapa (prova objetiva - 1ª Fase) serão realizados a partir dos seguintes critérios, de forma sucessiva:

- a) maior pontuação em Conhecimentos Específicos;
- b) maior pontuação na disciplina de Língua Portuguesa;
- c) maior idade, considerando-se dia, mês e hora.

12.3.2 Caso, após a aplicação dos critérios de desempate previstos nos subitens 12.3.1, ainda persista o empate, terá preferência o candidato que tenha sido, comprovadamente, Jurado, nos termos do disposto no Art. 440 do Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3.689/1941, introduzido pela Lei nº 11.689/2008.

12.3.2.1 Este direito decorre do exercício da função de Jurado a partir da vigência do dispositivo legal supracitado.

12.3.2.2 O candidato que tenha exercido a função de Jurado será oportunamente convocado por meio de Edital próprio, se necessário, para apresentar prova documental de que exerceu essa função, sendo original a Certidão expedida e lavrada pelo Juiz da Comarca onde atuou.

12.4 Serão considerados eliminados, para todos os efeitos, os demais candidatos que não atenderem aos requisitos fixados no subitem 12.2, deste Edital.

12.4.1 Em hipótese alguma haverá classificação de candidatos considerados eliminados neste Concurso.

12.5 O extrato do resultado final será publicado no Semanário Oficial do Município, e o seu inteiro teor será publicado no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br).

12.6 Após aplicação de todos os critérios, se o empate ainda persistir, o sorteio será realizado em ato público, a ser divulgado por Edital, cujo resultado definirá a classificação final do Concurso.

12.7 A homologação final apresentará a relação dos candidatos aprovados no concurso público conforme regras estabelecidas neste Edital, por ordem classificatória.

### 13. DOS RECURSOS

13.1 Será admitido recurso administrativo contestando:

- a) o indeferimento do pedido de inscrição;
- b) o gabarito oficial preliminar da prova objetiva;
- c) o resultado da Prova Objetiva;
- d) o resultado do Teste de Aptidão Física;
- e) o resultado da Avaliação Psicológica;
- f) o resultado da Avaliação de saúde;
- g) o resultado da Investigação Social e Funcional;
- h) o resultado do Curso de Formação Profissional;
- i) e de todo ato emitido pela Comissão.

13.2 Os recursos deverão ser interpostos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da publicação no endereço eletrônico do fato que gerou o recurso.

13.3 Admitir-se-á um único recurso, por candidato, para cada evento.

13.4 Todos os recursos referentes a Primeira Etapa deverão ser dirigidos à Presidência Comissão de Supervisão e Acompanhamento do Planejamento e Execução do Concurso Público, em formulário eletrônico constante do site [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br); e os recursos referentes à Segunda Etapa obedecerão aos procedimentos especificados em edital respectivo.

13.4.1 Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo.

13.4.2 Não serão aceitos os recursos interpostos por outro meio que não seja o especificado neste Edital.

13.4.3 Também não será aceito o recurso interposto sem fundamentação ou bibliografia pertinente às alegações realizadas.

13.5 Comissão de Supervisão e Acompanhamento do Planejamento e Execução do Concurso Público constitui última instância para recurso sendo soberanas em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

13.6 Os pontos relativos às questões da prova objetiva de múltipla escolha que eventualmente venham a ser anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que tiverem sua prova corrigida.

13.6.1 A decisão relativa ao julgamento do recurso, quando do interesse de mais de um candidato, será dada a conhecer coletivamente.

13.7 Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso, recurso de recurso ou recurso de gabarito final definitivo.

13.8 A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do Concurso Público.

13.9 Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), a partir das 17h00min do segundo dia subsequente ao da realização das provas.

13.9.1 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação.

13.10 Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.

13.11 Todos os recursos impetrados contra o gabarito preliminar das provas objetivas serão analisados e as justificativas de alteração/anulação de gabarito serão publicadas no site [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), para conhecimento amplo e comum dos interessados.

13.11.1 Não será disponibilizada resposta individual de recurso impetrado contra o gabarito da prova objetiva ao candidato recorrente.

13.11.2 Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

13.11.3 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

13.12 Não será aceito recurso por meios diversos ao que determina este Edital.

13.13 O recurso deverá ser individual, por item ou avaliação, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e, ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

13.14 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

13.15 Serão indeferidos os recursos:

- a) cujo teor desprezite a Banca Examinadora e/ou a Comissão de Supervisão e Acompanhamento do Planejamento e Execução do Concurso Público ;
- b) que estejam em desacordo com as especificações contidas neste capítulo;
- c) cuja fundamentação não corresponda à questão recorrida;
- d) sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente, incoerente ou os intempestivos;
- e) com dados incompletos;
- f) encaminhados via postal, e-mail, imprensa e/ou de “redes sociais online”.

#### **14. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

14.1 O Resultado Final do Concurso será divulgado nos endereços eletrônicos [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br) e no Semanário Oficial do município de Campina Grande - PB

14.2. Será divulgada uma listagem específica com a Classificação para os candidatos de ampla concorrência e outra listagem específica, nos mesmos moldes, para os beneficiados com a reserva de vaga na condição de pessoa com deficiência.

#### **15. DA HOMOLOGAÇÃO E NOMEAÇÃO**

15.1 A classificação no concurso assegura ao candidato apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando este ato condicionado à observância das disposições legais pertinentes, bem como ao interesse e conveniência do serviço público, atendidos o prazo de validade do certame, a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária do município de Campina Grande - PB.

15.2 Após a homologação do resultado final, o município de Campina Grande - PB divulgará o referido documento no

endereço eletrônico [www.campinagrande.pb.gov.br](http://www.campinagrande.pb.gov.br), espaço este que será utilizado para a publicação das comunicações inerentes às convocações e nomeações dos candidatos aprovados.

15.3 Os candidatos convocados para entrega dos exames médicos e da documentação necessária à posse deverão observar o período a ser divulgado por ocasião de publicação de edital de convocação contendo cronograma e demais informações para esse fim.

15.4 Poderão ainda ser exigidos outros exames, a depender da avaliação durante a inspeção médica para admissão.

15.5 A entrega da documentação somente será aceita em sua totalidade.

15.6 O candidato, além de atender aos requisitos exigidos neste Edital, deverá apresentar, necessariamente, todos os documentos solicitados por meio do Edital de convocação, para fins de posse.

15.7 Caso haja necessidade poderão solicitados outros documentos complementares aos requeridos no Edital de convocação.

15.8 O candidato que for nomeado na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar pedido de remoção, redistribuição, alteração de carga horária, alteração de jornada de trabalho e limitação de atribuições para o desempenho das atribuições do cargo, exceto em casos supervenientes devidamente comprovados por perícia médica oficial.

15.9 Não será nomeado o candidato habilitado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital.

15.10 O candidato que não atender, no ato da posse, aos requisitos previstos neste Edital será considerado desistente, excluído automaticamente do Concurso Público, perdendo seu direito à vaga e ensejando a convocação do próximo candidato na lista de classificação.

15.11 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os atos convocatórios publicados após a homologação do Concurso Público.

#### **16. DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 O resultado final do Concurso Público será homologado e publicado no Semanário Oficial de Campina Grande - PB e divulgado nos endereços eletrônicos [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br) e [www.campinagrande.pb.gov.br](http://www.campinagrande.pb.gov.br).

16.2 O prazo de validade do Concurso Público será de 1 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Semanário Oficial de Campina Grande, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual prazo.

16.3 As despesas decorrentes da participação em todas as fases e em todos os procedimentos do Concurso Público de que trata este Edital, inclusive posse e exercício, correm por conta dos candidatos, que não terão direito a alojamento, alimentação, transporte e/ou ressarcimento de despesas.

16.4 O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante o IDECAN, enquanto estiver participando do Concurso Público, por meio de requerimento a ser enviada para o correio eletrônico [campinagrande@idecan.org.br](mailto:campinagrande@idecan.org.br), e perante o município de Campina Grande - PB, se convocado. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

16.5 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação no Semanário Oficial da de Campina Grande - PB.

16.6 Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo IDECAN e pelo município de Campina Grande - PB, conforme o caso.

16.7 Alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste Edital serão objeto de avaliação, ainda que não mencionadas nos conteúdos programáticos constantes deste Edital.

16.8 O IDECAN poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.

16.9 Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste Edital, a Comissão Coordenadora do concurso poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando garantir a participação igualitária de todos os candidatos.

16.10 Este Edital poderá ser impugnado, fundamentadamente, por meio do correio eletrônico de ferramenta disponível na Área para Candidatos, acessível pelo site [idecan.org.br](http://idecan.org.br), no período de 19 a 20 de outubro de 2021.

16.10.1 Para fins de impugnação, o demandante deverá ter realizado o seu cadastro junto ao site e sua inscrição no concurso, ambos pelo site [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br).

16.10.2 Os pedidos de impugnação serão analisados julgados pela Comissão do Concurso em conjunto com o IDECAN, sendo julgadas somente as impugnações devidamente fundamentadas e com a indicação específica do item e/ou subitem que está sendo impugnado.

16.10.3 Do julgamento não caberá recurso, bem como serão publicadas somente as respostas que, após análise e se existentes, ensejem alteração no teor original do Edital, implementadas mediante aditivo a este Edital.

16.12 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de Aditivo.

Campina Grande - PB, 15 de outubro de 2021.



**BRUNO CUNHA LIMA**

Prefeito

**ANA LUIZA FIGUEIRÊDO QUIRINO TEIXEIRA**

Presidente da Comissão do Concurso Público



ANEXO I**MODELO DE ATESTADO PARA CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Atesto, para fins de participação no Concurso Público de Provas para provimento d cargo de **Guarda Municipal**, promovido pelo município de Campina Grande - PB, que o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_  
é considerado(a) pessoa com deficiência por apresentar (descrever a espécie e o grau ou nível de deficiência)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Código  
Internacional da Doença (CID-10) \_\_\_\_\_, que resulta(m) no comprometimento das seguintes funções

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_,  
sendo/tendo sido causada (descrever a provável causa da deficiência) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo com o nome e o número do CRM do  
médico especialista na área de deficiência/doença do candidato.

ANEXO II

## FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, venho requerer a ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Concurso Público para provimento de cargo de Guarda Municipal, promovido pelo município de Campina Grande - PB, registrada sob o nº \_\_\_\_\_, conforme abaixo:

Nº NIS:		CPF:	
DATA DE NASCIMENTO:	DATA EXPEDIÇÃO:	RG:	UF:
NOME DA MÃE:			

**OBSERVAÇÃO:**

- É de responsabilidade exclusiva do candidato o correto preenchimento deste formulário e a entrega da documentação em conformidade com o Edital.

- Todos os documentos enviados serão analisados posteriormente pela banca examinadora do IDECAN, que emitirá relatório com situação preliminar do candidato.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) requerente

**ANEXO III****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**LÍNGUA PORTUGUESA:** 1. Compreensão e interpretação de textos literários e/ou informativos; 2. Recursos estilísticos (ou figuras de linguagem); 3. Coesão e coerência; 4. Ortografia: uso dos acentos gráficos; 5. Grafia de palavras; 6. Uso do sinal indicativo de crase; 7. Morfologia: classes gramaticais e processos de flexão das palavras; 8. Sintaxe de concordância e regência; 9. Uso dos sinais de pontuação; 10. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia; 11. Polissemia (denotação e conotação); 12. Redação de correspondências oficiais.

**RACIOCÍNIO LÓGICO:** Raciocínio Lógico: 1. Estruturas lógicas básicas: Proposições e Conectivos; 2. Implicação e equivalência lógicas; 3. Regras de dedução; 4. Aritmética básica e relação de ordem nos inteiros; 5. Noções básicas de conjuntos.

**HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE-PB:** História geral sobre Campina Grande - PB.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO**

Estatuto do Servidor (Lei Municipal nº 2.378, de 07 de janeiro de 1992). Lei Complementar nº 48, de 23 de junho e 2010. **Noções de Direito Administrativo:** Ato Administrativo. Conceito de Elementos. Espécies e Atributos. Administração Pública. Princípios e Organização. Servidores e Empregados Públicos: Cargo e Emprego Público; Concurso Público; Aposentadoria; Responsabilidade Civil, Criminal e Administrativa. **Noções de Direito Constitucional:** Princípios Fundamentais da Constituição da República – artigos 1º ao 4º da Constituição Federal de 1988; Dos Municípios – artigos 29º a 31º da Constituição Federal de 1988; Normas Constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público – artigos 37º a 41º da Constituição Federal de 1988; Da Segurança Pública – artigo 144. Noções de Direitos Humanos e Cidadania - Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos (artigos 5º a 16 da Constituição Federal de 1988). Princípios Constitucionais relativos ao Direito Penal. Lei 13.869 de 5 de setembro de 2019 (Lei de abuso de autoridade). Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – Das Medidas de Proteção (artigos 98 a 101); Da Prática de Ato Infracional (artigos 103 a 109); Das Garantias Processuais (artigos 110 e 111); Das Medidas Socioeducativas (artigos 112 a 128); Dos Crimes e das Infrações Administrativas (artigos 225 a 258); Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014. Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro e alterações). Sistema Nacional de Trânsito: composição. Registro e licenciamento de veículos. Habilitação. Normas gerais de circulação e conduta. Crimes de trânsito. Infrações e Penalidades. Sinalização de trânsito, segurança e velocidade. Condutores de veículos: deveres e proibições.

**ANEXO V****CRONOGRAMA**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>DATA</b>
Publicação do Edital	15/10/2021
Período de Inscrições	18/10 a 15/11/2021
Período de inscrições para os candidatos que desejem requerer a isenção da taxa de inscrição – CadÚnico.	18 a 20/10/2021
Período para solicitação de isenção da taxa de inscrição	21 e 22/10/2021
Divulgação da análise preliminar dos pedidos de isenção.	03/11/2021
Interposição de recursos contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	04 e 05/11/2021
Divulgação da análise definitiva dos pedidos de isenção	10/11/2021
Geração e impressão do boleto para os candidatos que não obtiveram ou desistiram da isenção da inscrição	16/11/2021
Relação de inscritos preliminar (Pcd + atendimento especial).	01/12/2021
Interposição de recursos contra a lista (Pcd + atendimento especial).	02 e 03/12/2021
Relação de inscritos definitiva (Pcd + atendimento especial)	06/12/2021
Locais de aplicação de prova	10/12/2021

Aplicação das Provas Escritas Objetivas	19/12/2021
Divulgação dos gabaritos das Provas Objetivas	20/12/2021
Interposição de recursos contra os gabaritos das Provas Objetivas	21 e 22/12/2021
Divulgação do resultado dos julgamentos dos recursos contra os gabaritos das Provas Objetivas e gabarito definitivo	19/01/2022
Divulgação do Resultado das Provas Objetivas.	19/01/2022
Prazo para recurso do resultado da prova objetiva	20 e 21/01/2022
Divulgação do Resultado Pós Recursos das Provas Objetivas.	27/01/2022
Edital de Convocação para a Prova de Aptidão Física	03 de fevereiro de 2022
Realização da Prova de Aptidão Física	12 e 13 de fevereiro de 2022
Resultado Preliminar da Prova de Aptidão Física	18 de fevereiro de 2022
Prazo para interposição de recursos sobre o resultado preliminar da Prova de Aptidão Física	21 e 22 de fevereiro de 2022
Resultado Definitivo da Prova de Aptidão Física	04 de março de 2022
Edital de Convocação para Avaliação Psicológica	04 de março de 2022
Realização da Avaliação Psicológica	12 de março de 2022
Resultado Preliminar da Avaliação Psicológica	16 de março de 2022
Prazo para requerimento da Entrevista Devolutiva	17 de março de 2022
Realização da Entrevista Devolutiva (formato telepresencial)	20 de março de 2022
Prazo para interposição de recursos sobre o resultado preliminar da Avaliação Psicológica e requerimento da Entrevista Devolutiva	21 e 22 de março de 2022
Resultado Definitivo da Avaliação Psicológica	25 de março de 2022
Edital de Convocação para Avaliação de Saúde	25 de março de 2022
Edital de Convocação para preenchimento de Ficha de Informações Confidenciais, inerente à Investigação Social e Funcional	25 de março de 2022
Realização da Avaliação de Saúde	30 de março de 2022
Entrega da Ficha de Informações Confidenciais, inerente à Investigação Social e Funcional	30 de março de 2022
Resultado Preliminar da Avaliação de Saúde	08 de abril de 2022
Prazo para interposição de recursos sobre o resultado preliminar da Avaliação de Saúde	11 e 12 de abril de 2022
Resultado Definitivo da Avaliação de Saúde	20 de abril de 2022
Edital de Convocação para o Matrícula no Curso de Formação Profissional	Março/2022 (data a ser definida)



## SEMANÁRIO OFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO: BRUNO CUNHA LIMA BRANCO  
LEI MUNICIPAL Nº 04, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1955

O Semanário Oficial é uma publicação semanal, disponível digitalmente no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB.

Os departamentos são responsáveis pelo conteúdo dos atos oficiais publicados.

### REDAÇÃO

Jonas Araújo Nascimento  
Maria do Socorro Almeida Farias Benicio  
Maria Guiomar Silva de Brito  
Warllyson José Santos Souto

### CONTATO

semanariopmcg@gmail.com

### ENDEREÇO

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 692, Centro,  
Campina Grande/PB